

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FAMÍLIAS NEGRAS, ESCOLARIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA:
UM ESTUDO ACERCA DE JOVENS ENCARCERADOS NO SISTEMA
PRISIONAL

LUCILÉIA DA SILVA VIEIRA

Orientador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Belo Horizonte

Maio/ 2014

LUCILÉIA DA SILVA VIEIRA

FAMÍLIAS NEGRAS, ESCOLARIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA:
UM ESTUDO ACERCA DE JOVENS ENCARCERADOS NO SISTEMA
PRISIONAL

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia - Educação Social, da Faculdade
de Educação (FaE), da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG), para a
obtenção de grau de em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude
Marques

Belo Horizonte

Maio/ 2014

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me dar coragem de começar essa luta que durou pouco mais de cinco anos, momentos de grandes desafios, grandes descobertas, angustias e alegrias. A minha guerreira mãe, por constituir a base sólida da minha vida, por recarregar minhas energias dando-me força pra seguir em frente. Preta, minha irmã, pelo companheirismo e amizade de sempre. Meus amigos e amigas pelo incentivo, por acreditar na minha capacidade, por estarem comigo nos momentos bons e ruins e por me ajudar a construir este trabalho, cada um a sua maneira, mas muito importante contribuição de cada um. Minha eterna gratidão ao professor Walter, que sempre foi minha inspiração, se não fosse por ele não conseguiria finalizar este trabalho, pois, acreditou que eu conseguiria quando nem eu mais acreditava. Pelo apoio, por me orientar, me ajudar nas dificuldades, por acreditar na minha luta. Aos familiares dos jovens privados de liberdade por dispor e falar deste momento tão delicado em suas vidas. Admiro a coragem de cada um e desejo força para seguirem em frente.

É com imenso carinho que agradeço a todos e todas que fizeram parte desta história de alguma maneira, obrigada pelo incentivo, pelo carinho e companheirismo e principalmente por acreditar nesta batalha, graças a vocês acredito que não caminho sozinha. Seguimos em luta.

*Negro drama,
Cabelo crespo,
E a pele escura,
A ferida a chaga,
A procura da cura,
Negro drama,
Eu sei quem trama,
E quem tá comigo,
O trauma que eu carrego,
Pra não ser mais um preto fodido,
O drama da cadeia e favela,
Túmulo, sangue,
Sirenes, choros e velas.
Passageiro do Brasil,
São paulo,
Agonia que sobrevivem,
Em meia zorra e covardias,
Periferias, vielas, cortiços,
Você deve tá pensando,
O que você tem a ver com isso?
Desde o início,
Por ouro e prata,
Olha quem morre,
Então veja você quem mata,
Recebe o mérito, a farda,
Que pratica o mal,
Me vê pobre, preso ou morto,
Já é cultural.
Pesadelo,
Hum,
é um elogio,
Pra quem vive na guerra,
A paz
Nunca existiu,
No clima quente,
A minha gente soa frio,
Tinha um pretinho,
Seu caderno era um fuzil,
Um fuzil,
Negro drama.*

*Racionais Mc's
Negro Drama*

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão acerca do processo de vitimização e segregação em que estão inseridas as populações afrodescendentes no país, sobretudo as juventudes. Nesse aspecto, tenta melhor compreender o cenário sociocultural e econômico em que estão inseridos os jovens negros. Para isso, fez-se necessário um levantamento de fontes para a compreensão da proposta investigada. Sendo assim, foi imprescindível avaliar alguns dados quantitativos e alguns momentos históricos afim de, elencar alguns pontos significativos para discutir o processo histórico da construção da violência e produção desigualdade social em que está submetida a juventude negra no Brasil. Para isso, foram analisadas as condições sociais e econômicas nesta pesquisa, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com alguns familiares de jovens negros em situação de privação de liberdade moradores da região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse sentido, abordou-se as condições sociais, econômicas, culturais e escolares de seus parentes encarcerados, através de questionamentos: como é ser um jovem negro em meio a situação de violência e vulnerabilidade social? Quais foram os caminhos que o levaram à condição de encarceramento? As análises revelam vários processos de enfrentamento de humilhações, estigmas e criminalização que marcaram a vida desses jovens e seus familiares. As famílias se tornaram aprisionadas e submetidas a situações constrangedoras nesse cenário. Esses indicadores apontaram a necessidade de se pensar como um Educador Social inseriria nesse contexto, com o objetivo de, contribuir para a mudança de tal condição e construir em estratégias contra o extermínio da população jovem negra, através, por exemplo, do apoio aos familiares que passam pelas mesmas condições de vitimização, reforçar a valorização da identidade racial desses sujeitos.

Palavras-chave: juventude negra, violência, vulnerabilidade, famílias, encarceramento

Abstract

This paper presents a discussion of victimization and segregation process in which they live afro-descendent populations in the country, especially the youths. In this aspect, try to better understand the socio-cultural and economic environment in which they live young blacks. For this, it was necessary a survey of sources for understanding the proposal investigated. Therefore, it was essential to evaluate some quantitative data and some historical moments of order, list a few significant points to discuss the historical process of building production inequality and violence which is subject to black youth in Brazil. For this, the social and economic conditions were analyzed in this research, by conducting semi-structured interviews with some relatives of black youths in situations of detention residents of the metropolitan region of Belo Horizonte. In this sense, it approached the social, economic, cultural and educational conditions of their jailed relatives using questions: How does being a young black man amid the violence and social vulnerability? What were the paths that led to the condition of incarceration? The analyzes reveal various processes of facing humiliation, stigma and criminalization that marked the lives of these youth and their families. The families became trapped and subjected to embarrassing situations in this scenario. These indicators suggest the need to think like a social educator would insert in this context, with the aim of contributing to the change in such condition and build strategies against the extermination of the young black population, through, for example, support for family members undergo the same conditions of victimization, enhance appreciation of racial identity of these subjects .

Keywords: black, violence, vulnerability, families, youth incarceration

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo I	10
Capítulo II.....	20
Capítulo III.....	41
Capítulo IV.....	55
Capítulo V.....	71
Referências.....	73

Introdução

A invisibilidade da violência e da vulnerabilidade enfrentadas pela população negra, sobretudo os jovens negros que são submetidos ao sistema prisional no Brasil, ainda representa uma questão opaca para a nossa sociedade. São realidades cotidianas que configuram em racismo que prescrevem a segregação e o extermínio de negros e negras no país. Diante de tais dilemas, procurei analisar e refletir a respeito das condições da juventude afrodescendente, no que tange aos dilemas e conflitos enfrentados por um sujeito negro na condição de encarceramento prisional.

Para tanto, foi elaborada uma discussão a partir da proposta de pesquisa inicialmente intitulada *Famílias negras, escolaridade e criminalização da pobreza: um estudo acerca de jovens encarcerados no sistema prisional*. A proposta anterior visava discutir esta temática com jovens aprisionados, por tanto, devido a empecilhos institucionais procurei incluir os familiares desses jovens na discussão do problema. Sendo assim, foram elencados cinco capítulos, que traçaram os caminhos percorridos para a compreensão do trabalho. No capítulo I, trato sobre *O retrato da desigualdade racial no Brasil traduzido em números: uma aproximação quantitativa*, no qual foram apresentados levantamentos de dados que assegurem a situação de destrutibilidade e vitimização acometida aos jovens negros no país. Para isso, foi necessário levantar alguns dados quantitativos que configuram essa condição. Nesse aspecto, foi utilizado como fonte de pesquisa: O relatório anual das desigualdades raciais 2009-2010” e dados do IPEA, PNAD, IBGE, Saeb, Mapa da violência 2012, dentre outras.

No capítulo II, *Alguns apontamentos históricos acerca de uma prática genocida e segregatória contra a população negra*, realizou-se um apanhado histórico das condições em que a população negra foi condicionada no país, em meio à violência, exclusão, o racismo e o silenciamento. Para tanto, um estudo teórico acerca das discussões históricas que debatem o racismo acometido pela população negra foi relevante para a problematização dos indicadores levantados. Nesse aspecto, utilizei de algumas passagens históricas no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, no intuito de compreender o processo de Eugenia e Higienismo no Brasil, e as consequências do Mito da Democracia Racial.

No Capítulo III, apresento os *Procedimentos Metodológicos*, elencando os caminhos percorridos para uma compreensão das indagações mencionadas nos capítulos anteriores. Nesse aspecto, busquei no campo de pesquisa, compreender as condições nas quais jovens negros privados de liberdade estão sujeitados. Em virtude disto, entrevistei familiares de jovens negros encarcerados no sistema prisional. Essa estratégia emergiu da dificuldade de estudar o tema nas prisões.

Para tanto foram identificados cinco tópicos que nortearam estas discussões: *Caracterização do campo de pesquisa/ Quanto aos sujeitos pesquisados/ Inserção da pesquisadora no campo de estudos/ As entrevistas semiestruturadas/ Quanto à minha experiência de pesquisadora.*

Esse processo culminou no Capítulo IV a partir da discussão: *Juventude negra, racismo e violência: a criminalização e o extermínio dos injustiçados e segregados pela sociedade.* Este momento constituiu-se pela análise das falas dos entrevistados as quais, foram categorizadas como: *Juventude, drogas, consumismo e violência/ Baixa escolaridade e racismo/ Acesso à educação, lazer e cultura.* Neste mesmo capítulo, uma indagação foi levantada, no que refere: *Genocídio e encarceramento da juventude negra: o que a educação tem a ver com isso?* Na tentativa de compreender o papel da educação e qual a sua responsabilidade para com o genocídio e vitimização da juventude negra.

Por fim, são apresentadas no Capítulo V, as *Considerações finais.* Nesse capítulo, apresento uma reflexão acerca dos apontamentos indicados mais pelas angustias, aflições e lacunas deixadas pelos entrevistados, no que tange as perdas afetivas, humilhações, mortes e segregação social. A figura do Educador Social emergiu como um profissional do campo pedagógico que pode contribuir na intervenção dos agravos de uma sociedade racista e segregadora. Além disso, novas pesquisas necessitam ser desenvolvidas para retirar esse tema de invisibilidade social e produzir discussões que contribuam para a transformação de nossa sociedade.

Capítulo I

O retrato da desigualdade racial no Brasil, traduzida em números: uma aproximação quantitativa

O levantamento de alguns dados quantitativos objetivou verificar a situação de vulnerabilidade e violência em que estão inseridas as populações negras em nosso país. O intuito é melhor compreender o atual cenário sociocultural e econômico dos jovens afro-descendentes. Analisei dados elaborados pelo IPEA¹ retirados do IBGE e PNAD², os quais revelaram uma posição de desigualdade da população negra em diversos aspectos.

Quanto à renda domiciliar per capita da população em âmbito nacional, entre os anos de 1995 a 2009, de acordo com o IPEA, a renda total da população branca gerava em torno de R\$ 831,8, em 1995, e no ano de 2009, R\$ 985,2, sendo que a renda da população negra, em 1995 era de R\$ 355,3 e em 2009, girava em torno de R\$ 512,7. Observa-se que, de 1995 a 2009, houve um aumento na renda per capita da população negra em comparação com a população branca, mesmo assim mostrou-se bastante inferior, visto que, no ano de 1995, a renda per capita da população branca chegou a atingir mais que o dobro da renda dos povos negros. Além disso, pode observar também que, no ano de 2009 a renda da população negra permaneceu inferior a da população branca.

Quando se refere ao acesso à educação básica, comparou-se a média de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade, a partir de 1995 até 2009. Diante da comparação, pode verificar outra desvantagem da população negra em relação à população branca. Em termos da frequência escolar, em 1995, a média de anos de estudo da população branca era de 6,4, e em 2009 aumentou para 8,4 anos de estudo. A população negra em 1995 tinha em média 4,3 anos de estudo, e em 2009 esse número

¹ IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica aplicada
Retrato das desigualdades de gênero e raça: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_vitimizacao.html

² IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de domicílio

muda para 6,7. Esses indicadores revelam disparidades em relação à permanência no contexto escolar entre negros e brancos.

Com relação à população analfabeta com 15 anos ou mais de idade, entre os anos de 1995 e 2009, pesquisas apontavam que, em 1995, a população branca estava em torno de 5.522.198, e em 2009 estava em torno de 4.254.210 de analfabetos, já a população negra em 1995, era de 10.375.920, e em 2009 era de 9.740.110 analfabetos. Como se pode observar não há diminuição significativa no índice de analfabetismo durante esses 14 anos, mas, quando comparamos a situação da população com maior índice de analfabetismo verificamos que a população negra analfabeta duplica em comparação à população branca no ano de 2009.

O relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009-2010) traz um levantamento nas taxas de analfabetismo em algumas regiões do país. Segundo fontes do IBGE e PNAD, ao longo de toda a série (1988-2008) se verifica que o Nordeste brasileiro é a região com maior índice de analfabetismo no país. O analfabetismo Declinou de 36,5% em 1988, para 19,4% em 2008 no Nordeste. Contudo, o declínio é consideravelmente menor em relação às demais regiões.

No que tange o analfabetismo funcional³, o Relatório anual das desigualdades raciais (2009-2010), destaca o aumento de 16,1% para 26,%, no ano de 2008, tanto para população branca quanto para a população negra, sexo masculino e feminino e com idade até 20 anos. Na faixa etária acima de 25 anos, vai indicar 19,4%, entre os brancos, e 32,8 entre os negros. Pessoas com 40 anos de idade ou mais, o percentual é de 25,7% brancos e 43,7% negros. Para as pessoas que apresentam idade acima de 65 anos, o índice apresentou 46% de brancos, e 70% de negros.

Se tratando da escolaridade das crianças de 0 a 3 anos, no ano de 2003, verifica-se que entre as crianças brancas o acesso era de 20,7% em contrapartida as crianças negras era de 15,5%. Com relação às crianças de 4 a 5 anos de idade, o Relatório (2009-2010) vai mostrar que:

³ Analfabetismo funcional - mede o peso relativo do número de pessoas com menos de quatro anos de estudo completos na população. Como tal, atua como uma *proxy* da situação daqueles indivíduos que não desenvolvem a habilidade de interpretação de textos e de fazer as operações matemáticas (Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil-2009-2010).

No ano de 2008, entre os alunos do maternal ou jardim de infância, alunos brancos entre quatro e cinco anos de idade, 62,8% estudavam em estabelecimentos públicos e 37,2%, em estabelecimentos particulares. Entre os alunos pretos e pardos que tinham acesso ao maternal ou jardim de infância, o peso relativo dos estabelecimentos públicos foi de 79,2%, ao passo que o dos estabelecimentos particulares foi de 20,8%, p.213.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 – *adotou o princípio do ensino fundamental em nove anos*⁴. Destaca-se a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que alterou a LDB, tornando obrigatória a matrícula de crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental. E a nova lei que altera a LDB, Lei nº 11.274, seis de fevereiro de 2006, amplia o tempo de permanência no ensino fundamental para nove anos e estabelece o prazo para que a lei entre em vigor até o ano de 2010. Segundo o PNAD, em 2008, 45,0% das crianças com até seis anos já estavam matriculadas no ensino fundamental, indicando, uma diminuição da desigualdade racial, pelo ingresso de um percentual relevante de crianças negras de ambos os sexos, no ensino fundamental. No entanto, ainda foram observados índices de desvantagem, no que concerne o acesso ao ensino fundamental para crianças negras de seis anos. Segundo o Relatório (2009-2010), cerca de:

(...) 5,1% dos meninos brancos daquela faixa não frequentavam nenhum tipo de estabelecimento de ensino. Entre meninos pretos e pardos de seis anos, o percentual foi de 7,9%. Já entre as meninas da mesma idade, 4,5% das brancas e 7,2% das pretas e pardas não estavam matriculadas na rede Escolar, (p. 214)

Sobre a taxa líquida de escolaridade calculada para o ensino fundamental entre a idade teoricamente adequada a determinado nível, são de 7 a 14 anos (Ensino Fundamental) e 15 a 17 anos (Ensino Médio). Segundo o PNAD houve uma melhoria entre os anos de 1998 e 2008, no que se refere à escolaridade no Ensino Fundamental no quesito cor/raça. Já que o indicador passou de 84,9% para 95,4%, no caso dos brancos, e de 74,9% para 94,7%, no caso dos negros.

Em se tratando da taxa de adequação, que vai dizer das crianças e jovens que tem acesso à escola dentro da série esperada, a taxa de adequação das crianças de 11 a

⁴ As citações em itálico são referentes a falas do próprio autor (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996).

14 anos em ambos os sexos, segundo a PNAD (2008), foi de 54,3% entre os brancos e de 37,7% entre os negros. Para a população de jovens entre 15 e 17 anos, foi:

De 29,2% entre os jovens brancos do sexo masculino e de 16,2% entre os jovens pretos e pardos do mesmo grupo de sexo. Ou seja, em cada dez jovens pretos e pardos de 15 a 17 anos, mais que oito estavam fora da escola ou defasados. Entre os brancos do mesmo agrupamento etário, esta situação correspondia a sete em cada dez jovens (p. 224).

A respeito do Saeb⁵, que avalia o grau de aproveitamento dos alunos do ensino fundamental e médio, no ano de 2005, segundo dados coletados no Saeb, a participação dos alunos *negros e pardo/mulatos* foi de 54,2% na quarta série do ensino fundamental, de 52,4% na oitava série do mesmo nível de ensino, e de 49,7% no terceiro ano do ensino médio (p.231), nas escolas públicas, tendo uma participação inferior nas escolas de rede privada de ensino. Entre os anos de 1995 e 2005, foram analisadas as notas médias das provas de matemática e português. Nota-se a partir das análises durante os anos que, o desempenho médio dos alunos brancos foi superior ao desempenho dos alunos negros, como revela o documento do Saeb (1995-2005):

No exame de matemática, as notas dos alunos brancos foram 9,4%, 8,3% e 7,8%, superiores às notas dos alunos negros, pardos/mulatos respectivamente, na quarta e oitava série do ensino fundamental e no terceiro ano do ensino médio. Já entre as alunas, as notas médias das brancas foram superiores em 9,6%, 9,1% e 9,0% às das alunas negras e pardas/mulatas naquelas três séries, p.234.

Os prejuízos escolares também se confirmam quando se analisa o desempenho de alunos e alunas brancas, em relação aos alunos e alunas negras no exame de português segundo o Saeb (1995-2005):

As notas dos alunos brancos, na quarta e oitava série do ensino fundamental e no terceiro ano do ensino médio, foram 7,5%, 7% e 6,6% superiores às dos alunos negros e pardos/mulatos. Nas mesmas séries, entre as mulheres, o desempenho das brancas foi superior em 8,8%, 7,3% e 9,1% ao desempenho das colegas negras e pardas/mulatas, p.234.

Com relação ao acesso ao ensino superior, evidenciou-se um aumento do número de estudantes entre os anos de 1998 e 2008, passou de 8,6% para 25,5%. No que diz respeito à taxa bruta de escolaridade no ensino superior a partir da categoria raça/cor, verifica-se segundo a PNAD que:

⁵ Saeb – Sistema educacional de avaliação da educação básica. Elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação e Cultura (Inep/MEC). O Saeb consiste em dois exames, de matemática e português, aplicados a cada dois anos a uma amostra representativa de alunos regularmente matriculados nas quarta e oitava séries do ensino fundamental e no terceiro ano do ensino médio, de escolas públicas e particulares localizadas em áreas urbanas. Das escolas localizadas nas áreas rurais, somente são englobadas no exame as turmas da quarta série do ensino fundamental. Categorias negro e pardos/mulatos empregadas pelo Saeb.

A população residente branca passou de 12,4%, em 1988, para 35,8% em 2008, correspondendo a uma elevação de 23,4 pontos percentuais, ou um aumento proporcional de 189,2%. Já no caso da população preta e parda, a taxa bruta de escolaridade no nível superior passou de 3,6%, em 1988, para 16,4%. Esta evolução correspondeu a um aumento de 12,7 pontos percentuais ou, em termos proporcionais, de 350,4%, em 2008, (p. 229).

Em se tratando da assistência à saúde, das pesquisas analisadas pelo IPEA, nos anos de 1998 e 2008 as coberturas de planos de saúde no Brasil atendiam 32,4% da população branca sendo que em 1998 e em 2008 atendia 34,9%. Nesse mesmo período os planos de saúde atendiam em 1998, 14,6% da população negra, e no ano de 2008, este percentual mudou para 17,2%. Como se nota não houve mudanças relevantes nesses períodos. A população negra ainda se encontra em posição desigual no campo da assistência a saúde particular, uma vez que, no ano de 2008, a porcentagem da população negra que tem assistência a planos de saúde é metade da população branca que teve acesso a esse tipo de serviço.

Verificando o relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009-2010), quando faz uma análise do SUS (Sistema único de saúde) e planos de saúde privado, identifica-se questões importantes a serem elencadas quando tratamos de cor/raça:

No ano de 2008, em todo o país, 69,2% dos atendimentos à saúde que beneficiaram os pretos e pardos foram feitos em estabelecimentos públicos e 30,6% em estabelecimentos privados. No contingente de cor ou raça branca, o setor público também respondeu pela maior parte dos atendimentos, porém em percentuais menos acentuados: 49,3%. Neste contingente, 50,6% dos atendimentos foram feitos pela rede privada, p.68.

Além disso, o Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009 – 2010) faz um mapeamento de vários serviços para informar elementos contundentes para tentar compreender, ainda mais, a situação da população negra no país. Com base em dados coletados no Sinan⁶, são destacadas *as razões de incidência de agravos selecionados sobre a população brasileira* (por 100 mil habitantes), sendo os grupos de cor/raça e sexo. Na coleta foram destacados os 14 agravos que afetaram mais de duas mil habitantes somente no ano de 2008, no Brasil. Os dados apontam que *as razões de incidência por mil habitantes*, ao analisar a situação dos homens negros apontam como superiores se comparadas com os homens brancos, conforme se verifica no *Relatório anual, (2009-2010)*:

⁶ Sinan - Sistema de informação de agravos de notificação (implantada a partir de 2003, é produzida pelo Ministério da Saúde através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

Nos casos de leishmaniose visceral (em 315,0%), leishmaniose tegumentar americana (em 177,4%), hanseníase (em 98,5%), esquistossomose (em 82,5%), dengue (em 69,9%), tuberculose (em 45,0%) e ataque por animais peçonhentos (em 4,5%). Já os brancos do sexo masculino, comparativamente aos homens pretos e pardos, apresentaram maiores razões de incidência nos casos de leptospirose (em 54,9%), intoxicação exógena (em 42,9%), hepatite (em 27,4%), HIV adulto (em 23,7%) e nas doenças exantemáticas (em 2,5%), p.43.

No que se refere a uma leitura de comparação entre as mulheres negras e as mulheres brancas, verificou-se que as mulheres negras tiveram um maior número de casos de doenças como:

Leishmaniose visceral (em 185,3%), leishmaniose tegumentar americana (em 175,8%), sífilis em gestante (em 93,6%), esquistossomose (em 86,3%), hanseníase (em 74,5%), dengue (em 39,1%) e tuberculose (em 31,8%). Alternativamente, as mulheres brancas, comparativamente às pretas & pardas, apresentaram maiores razões de incidência de agravos por intoxicação exógena (em 77,3%), leptospirose (em 60,9%), doenças exantemáticas (em 46,5%), ataques de animais peçonhentos (em 38,5), hepatite (em 30,4%) e HIV adulto (em 0,5%), sendo que neste último caso as respectivas razões eram muito próximas, p.43.

Neste aspecto, ficaram em evidência, doenças que são de características de pessoas pobres e negras como Tuberculose e a Hanseníase. Doenças que carregam o estigma da miséria, além de serem doenças infectocontagiosas *relacionadas às condições sociais das pessoas enfermas (geralmente pobres)*, acometendo com mais intensidade as pessoas negras. Segundo informações do Relatório anual das desigualdades raciais 2009-2010, nos anos entre 2001 e 2008, 621 mil brasileiros contraíram tuberculose. *Destes, 40,5% não tiveram a cor ou raça identificada, 34,5% eram pretos e pardos e 23,2% eram brancos*, (p.44). É possível analisar os indicadores do SIM⁷, a respeito da tuberculose, abordando cor/raça, apresentados através de relatório, em que:

Aproximadamente 34,8 mil óbitos causados por esta doença, ocorridos naquele período, 52% eram pretos e pardos, 37,2%, eram brancos e 7,3% eram de cor ou raça ignorada. Tomando-se por base apenas o ano de 2007 (quando os óbitos de cor ou raça ignorada caíram para 6,3%), o peso relativo dos pretos e pardos no total de óbitos por tuberculose cresceu para 56,5%, p.44.

Sobre a Hanseníase, pesquisas posteriores apontaram que, no total dos portadores da doença, 47,7% eram pessoas negras, 27,0% eram brancos e 23,6%, eram de cor ou raça ignorada.

⁷ SIM – Sistema de Informação de Mortalidade

No que concerne à intensidade enquanto a *insegurança alimentar*, ou seja, acesso a alimentação adequada, em análise ao contexto cor/raça, o Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009-2010), apontou segundo dados coletados através do PNAD, no ano de 2004, que as regiões mais afetadas são Norte e Nordeste, identificando maior incidência em insegurança alimentar grave na proporção de 13,2% e 14,3%. Já nas demais regiões, o percentual de famílias que viviam com *insegurança alimentar grave era de 5,0%* no Centro-Oeste, 4,1 no Sudeste e 3,7 no Sul.

Em questões elaboradas pela Ebia⁸, verifica-se que os negros estão em situação de desvantagem, quando se observa as respostas de algumas das questões condizentes ao acesso à alimentação adequada. O Relatório da Ebia pontua:

Das variáveis que formam a Ebia (sempre tendo por referência o cenário vigente nos últimos três meses), as cinco que mais comumente afetavam os pretos e pardos foram: i) ter deixado, alguma vez, de comprar uma alimentação saudável e variada por falta de dinheiro para comprar comida (pretos e pardos, 65,6%; brancos, 53,6%); ii) diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida (pretos e pardos 60,7%; brancos, 49,0%); iii) algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida (pretos e pardos, 54,6%; brancos, 42,8%); iv) moradores do domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida (pretos e pardos, 47,8%; brancos, 25,5%) e; v) ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada (pretos e pardos, 44,2%, brancos, 21,6%), p.126.

Esses dados revelam que a população negra no país está em desigualdade também quanto ao acesso a uma alimentação de qualidade. Verificando o percentual, segundo informações da Ebia, notamos que os negros 47,6%, se comparados aos brancos 71,8%, estão em desvantagem quanto ao acesso à segurança alimentar, ou seja, não tem acesso a uma quantidade e qualidade adequada de alimentação.

Em se tratando da população por cor/raça de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativa no país entre os anos de 1995 e 2009, segundo o IPEA, observamos que a população branca soma-se em 40.612.220 no ano de 1995 e 49.054.437, no ano de 2009. A população negra compõe-se no total de 32.845.382, em 1995 e 51.292.484, no ano de 2009. Esses indicadores também revelam uma presença acentuada de trabalho infantil explorado entre crianças e adolescentes negros.

Do rendimento médio mensal no trabalho principal da população por cor/raça, composta por pessoas de 16 anos ou mais de idade, entre os anos de 1995 e 2009,

⁸ Ebia – Escala brasileira de insegurança alimentar

segundo o IPEA, estima-se no total de R\$ 1.229,4, no ano de 1995, e R\$ 1.252,8 no ano de 2009, da população branca e R\$ 587,0 no ano de 1995 e 714,2 no ano de 2009 da população negra do país. Observa-se que o rendimento da população branca atingiu mais que o dobro em 1995, bem como quase o dobro em 2009.

Da cobertura direta e indireta na previdência pública na população por cor/raça em idade ativa no Brasil, de 1995 a 2009, segundo o IPEA, somou-se em 1995 o total de 69,2% da população branca, e no ano de 2009, esse percentual vai para 68,8% do total da população branca, em contraponto com 58,5% da população negra, no ano de 1995, e 58,2% do total da população negra.

Da taxa de participação da população por cor/raça de 16 anos ou mais de idade por situação de pobreza, entre os anos de 1995 e 2009 no país, segundo o IPEA, são 68,0 % em 1995 e 68,7% em 2009, no total da população branca, e 70,0% em 1995 e 70,5% no total da população negra, no ano de 2009. Ambas obtiveram um aumento no que tange a situação de pobreza, porém a população negra permanece dois anos em situação superior se comparada à população branca.

Da distribuição percentual da população por cor/raça, segundo a situação de pobreza definida como base no Programa Brasil sem miséria, entre os anos de 1995 e 2009, segundo o IPEA, da população branca extremamente pobre e pobre⁹, soma-se em 6,1 e 11,2, no ano de 1995, e 3,0 e 5,6 no ano de 2009 consecutivamente. Em comparação com a população negra extremamente pobre e pobre soma-se um percentual de 17,5 e 23,1 no ano de 1995 e 7,2 e 13,1 no ano de 2009. Nota-se que há uma diminuição na situação de pobreza e ambas as etnias no país entre os anos de 1995 e 2009, porém, a população negra ainda que tenha ocorrido uma significativa diminuição da situação de pobreza, é quase que três vezes superior à situação de pobreza da população branca no ano de 2009. Dos domicílios que recebem recursos do Programa bolsa família, benefício de prestação continuada e programa de erradicação do trabalho infantil, nos anos de 2004 e 2006 no país, segundo o IPEA, se observa os seguintes dados: 643.351 em 2004, e 2.440.377 em 2006, da população branca, e da população negra se encontra os números: 1.450.352 em 2004, e 5.658.283 em 2006. Do benefício de prestação continuada são: 294.197 em 2004 e 478.496 em 2006 da

⁹ População classificada segundo o IPEA, como: extremamente pobre e população pobre.

população branca, e 466.325 em 2004 e 725.504 em 2006 da população negra. Do Programa de erradicação do trabalho infantil são 118.397 em 2004, e 84.901 em 2006 da população branca e 250.617, em 2004 e 182.927 da população negra.

Em abordagem do acesso ao mercado de trabalho, dos beneficiários do Programa bolsa família, segundo o Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009-2010), verifica-se que a maioria dos titulares do PBF era composta por mulheres, sendo composta também pela maioria dos titulares que trabalha por conta própria 48,4%, com relação a tipo de trabalho realizado.

Quatro pontos merecem ser destacados: i) a proporção de titulares brancos que trabalhavam no setor privado (17,2%) foi significativamente maior do que a proporção entre os pretos e pardos (13,7%); ii) os pretos e pardos trabalhavam na categoria de empregado doméstico (28,3%) em uma proporção maior que os brancos (27,6%); iii) dos titulares do PBF, 6,5% dos brancos e 9,5% dos pretos e pardos eram servidores públicos; e iv) menos de 1,0% trabalhava como aprendiz ou estagiário, porém sendo os titulares brancos os que mais conseguiram esta oportunidade. (p.138.)

Além dos cargos dos negros beneficiários do PBF, serem inferiores ao cargo dos brancos, verifica-se também o percentual de insegurança alimentar dos familiares beneficiários do Programa, em que 85,3% são negros e 79,1% são brancos.

Capítulo II

Alguns apontamentos históricos acerca da confirmação de uma prática genocida e fomentada na segregação contra a população negra

Este estudo foi resultante de uma proposta de pesquisa intitulada inicialmente de - *Famílias negras, escolaridade e criminalização da pobreza: um estudo acerca de jovens encarcerados no sistema prisional*. Diante disso, pesquisei fontes que pudessem dialogar com o tema a ser discutido, elencando alguns pontos significativos para a compreensão da investigação. Partindo de documentos que retratavam o processo histórico de construção da situação de vulnerabilidade e violência que revelam a atual condição da população negra, sobretudo as aviltantes condições que enfrentam os jovens negros no país. Em se tratando da proposta da pesquisa de conclusão de curso, elenquei algumas informações que demarcavam algumas passagens históricas no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, para tentar obter uma possível compreensão a cerca da situação atual da população negra. Para tanto, procurei compreender o processo de Eugenia e Higienismo no Brasil e as consequências do Mito da Democracia Racial. Desse modo, tracei caminhos que indicassem aspectos históricos presentes no cenário atual.

II. 1. Eugenia e Higienismo no Brasil

Ao analisar os processos de produção da desigualdade racial em nosso país, verifiquei que muitos trabalhos acadêmicos remetem fenômenos históricos situados no contexto da época.

Nesse aspecto, na obra intitulada *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*, do autor Éder Silveira, no capítulo 2, constatei uma tendência científica de interpretação da questão racial. No Brasil, naquele período, muitos médicos e pensadores defendiam a eugenia no país, como justificativa para combater a miscigenação, já que era considerada uma maneira de degeneração que comprometeria o progresso da raça.

Segundo Silveira (2005), no início do século XX, no Brasil o discurso médico incidiu sobre o corpo do indivíduo com a intenção de normatizar. Para estancar a geração de uma população mestiça no cenário da constituição da identidade nacional. Nesse ponto, o autor destaca o descaso das elites brasileiras pelos povos dos sertões nordestinos e a culpabilidade empregada ao Sertão do país por ser o berço da mestiçagem e ignorância, sendo visto como um mal que deveria ser exterminado pela salvação discursiva dos médicos que viam no *eugenismo* e no *higienismo* a cura para todos os males.

Quanto à definição de *eugenia*, o estudo citado aponta profissionais como médicos, biólogos e matemáticos e um dos principais defensores do eugenismo, Francis Galton, o qual entendia que a eugenia apresentava uma prática científica voltada para *a melhoria da raça humana*¹⁰, pois, de acordo com essa vertente de cunho biológico, toda a individualidade humana e suas potencialidades e desvios estariam atrelados à hereditariedade. Partindo desse entendimento, se as genialidades poderiam ser explicadas pela hereditariedade a degeneração também seria explicada por essa lógica mecanicista.

De acordo com as premissas de Galton, em sua obra *Hereditary Genius*, se a hereditariedade apresenta a causa das patologias e desvios, caberia ao Estado *intervir, sob a ótica de incentivar a união de pessoas normais e separá-las das pessoas anormais*¹¹, ou seja, o Estado deveria impedir o casamento entre pessoas que apresentassem alguma anormalidade, com o intuito de estabelecer o progresso nacional, no combate a anormalidades como o *alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, loucura, vício em cocaína, morfínismo, taras, degenerações físicas, traços atávicos*, enfim, tudo o que se assemelha a uma população que tem *propensão inata ao crime e a doença*. Sendo assim, para Galton a *eugenia positiva* deveria estimular a união entre casais com perfeita saúde, que pudessem construir um pensamento de uma consciência eugênica. Por outro lado à *eugenia negativa*, caberia localizar indivíduos degenerados e *dever-se-ia esterilizá-los*, a fim de impedir sua procriação, Silvério (2005, p.82).

10 As citações em negritos remetem a falas do próprio autor (Éder Silveira. A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. UPF, Universidade de Passo Fundo. 2005).

11 As citações em Itálico remetem a falas do próprio autor (Éder Silveira. A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. UPF, Universidade de Passo Fundo. 2005).

No início do século XX, a visão eugenista foi sendo apropriada por alguns pensadores brasileiros, destacando-se nos anos de 1910, por meio de estudos de vários intelectuais a partir da perspectiva eugenista-higienista no país, na qual se propunha, além de uma seleção genética, limpeza urbana de todos os desclassificados que incomodavam as ruas da metrópole.

Nesse ponto são ilustrativos os diversos movimentos contra a população suburbana, como revela Silveira (2005):

Arthur Neiva e Belizário Penna, de 1912, cujo relatório - Viagem científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e das obras de Monteiro Lobato, Urupês, de 1915, e Problema Vital, de 1918, foram o estopim da mobilização. Seus principais desdobramentos seriam as discussões nos jornais de todo o país, a fundação da Liga Pró-Saneamento e da sociedade Eugênica de São Paulo, ambas em 1917, bem como a ampla produção de teses e artigos científicos no campo médico sobre a eugenia e o higienismo. (p. 85-86.)

Nesse período foram produzidos fortes argumentos para justificar o processo de eugenia-higienismo no Brasil, produzindo a idéia de que no país, esses dois fenômenos representariam uma reabilitação e reintegração do povo brasileiro, para que seja curado e possa ser integrado ao progresso material da nação.

O pensamento da elite branca em meio ao processo histórico de pós-escravidão, fins do século XIX e início do século XX, de acordo com, KabengeleMunanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (2008), a defesa de uma identidade nacional, única e soberana, conforme o modelo dominante, representava uma preocupação das elites diante da herança de ex-escravos e seus descendentes mestiços, respaldada pela perspectiva eurocêntrica. Nesse aspecto, surgiram vários pensadores a fim de solucionar a problemática da identidade étnica brasileira, no intuito de tornar essa pluralidade de raças em um só povo. Ambos partilhavam da mesma concepção, que todas as raças não brancas eram inferiores, principalmente a dos negros, sendo que os mestiços eram considerados raças degeneradas. Dentre os pensadores dessa época, Sílvio Romero acreditava que a nova população brasileira seria composta pela junção das três raças, branco, índio e negro, formando-se os mestiços. O processo de embranquecer os mestiços aconteceria no cruzamento dos brancos com os mestiços até apagar todos os vestígios de raças inferiores, traçando futuramente a predominância da raça branca. Raimundo Nina

Rodrigues e Euclides da Cunha contrariam a ideia de Romero, por meio da defesa de que os mestiços ao invés de tornarem futuramente uma raça branca, iriam enegrecer e obter mais tendências das raças inferiores. Nesse aspecto, Nina Rodrigues, baseado em teses evolucionistas, dizia que a raça inferior precisaria de gerações para alcançar o estágio de desenvolvimento da raça superior, sendo que o negro deveria ultrapassar *algumas fases evolutivas que o separem dos brancos*, Silvério (2005, p.74). Para tanto, de acordo com as teorias racistas de Nina Rodrigues, diante da desigualdade entre as raças haveria uma necessidade de modificação penal que KabengeleMunanga (2008) critica:

A regra do contrato na sociedade brasileira, que considera todos os indivíduos iguais perante a lei, que é uma medida de defesa social, converte-se em pura repressão: índios, negros e mestiços não tem a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada porque ainda não atingiram o nível de desenvolvimento psíquico, seja para discernir seus atos, seja para exercer o livre arbítrio, (p.51.)

Quanto a Euclides da Cunha, acreditava que para se obter uma integração étnica branca, o governo e a elite deveriam dirigi-la, por meio da imigração europeia. Para ele, os sertanejos constituíam uma área considerável e que, através do branqueamento, poderiam desenvolver uma única identidade. Além disso, defendia também que havia um desequilíbrio entre os mestiços enquanto *os sertanejos poderiam constituir a raça brasileira*. Nesse ponto, Kabengele Munanga (2008), conclui que:

Todos os ensaístas brasileiros da época, entre os quais, Silvio Romero e Euclides da Cunha, aderiram ao conceito de raças superiores e inferiores. Em ambos, o racismo foi mitigado pela ideia de miscigenação: em Silvio Romero, haveria branqueamento da população, salvando-se da degeneração; em Euclides da Cunha, o mestiço do interior do Norte já estaria se constituindo em raça e, futuramente seria capaz de desenvolvimento mental. Em ambos não seria errado falar em preconceito, principalmente contra o negro, mais nítido, talvez, em Euclides, pois ao falar no seu mestiço privilegiado do Sertão, considerava-o resultante de um cruzamento do branco com o índio, e não com o negro localizado no litoral, (p.57.)

Francisco José de Oliveira Viana, talvez tenha sido um dos principais defensores do branqueamento da população brasileira, segundo Kabengele Munanga (2008):

Como Nina Rodrigues, Viana acreditava no ativismo, ou seja, numa lei antropológica inevitável que faz com que os indivíduos resultantes da mestiçagem tendam a retomar as características físicas, morais e intelectuais das raças originais. Acrescenta-se a essa lei o fato de que, os cruzamentos entre as raças muito distintas, ilustrados pelas misturas entre brancos e negros, os retornos são, em regra, acompanhados de um caráter degenerescente. Em outras palavras, os mestiços de brancos e negros, os

mulatos, tendem, na sua descendência, a voltar ao tipo inferior, aproximando-se dele mais e mais pela índole e pelo físico. Seu caráter nunca pode atingir a pureza e a integridade da raça primitiva a que voltaram. (p.65.)

Apesar da crença no ativismo da degeneração dos mulatos, em particular, Viana acreditava que poderia acontecer o branqueamento da população brasileira, passando por um processo de arianização, que o autor definiria como:

O aumento numérico da população branca “pura”, pelo movimento imigratório europeu, e de outro, o refinamento cada vez mais apurado da população brasileira pelo processo de mestiçagem, que iria reduzir o coeficiente dos sangues negro e índio. O raciocínio do autor leva a crer que o processo de arianização iria, em um período longo, terminar aparentemente no embranquecimento da população e, conseqüentemente, numa situação em que não existiria mais a linha de cor, pelo menos para os brancos aparentes que genotipicamente são mestiços (MUNANGA, 2008. p.74).

A análise dos pensadores citados acima e outros da época a respeito da mestiçagem no país, indica que a maioria deles defendia negação da identidade negra em favor do branqueamento da população.

Uma obra ilustrativa desse processo, *Os Jecas*, escrita por Monteiro Lobato, em *Urupês*, referente ao interior sertanejo do Brasil, destaca que a origem do atraso do país vinha da doença e da ignorância dos sertanejos. O personagem Jeca Tatu é apresentado no trabalho de Lobato da seguinte forma: *era um acomodado, adepto da lei do menos esforço, sem senso estético, sem higiene, a andar de pés descalços pelos matos e pelos charcos, tendo como seu destino a degenerescência*, (SILVÉRIO, 2005. p.87-88).

Monteiro Lobato, a partir de uma caracterização pejorativa dos traços do homem sertanejo, faz uma denuncia ao abandono e as misérias sociais da República Velha, que também servia para doutrinar e reformar, segundo Maria Helena Souza Patto, em sua obra intitulada *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (1993), atribuindo-se traços marcados pelo ridículo e patético para criticar o modo de vida do sertanejo, de acordo com a autora, Monteiro Lobato descreve com ironia o que chamava de caboclismo:

A postura “de cócoras” é tomada como sinal de modorra e indiferença pelo mundo; o despojamento da casa, dos utensílios e a sua despreocupação com a produção de excedentes como provas de que está diante de um “sacerdote da Grande Lei do Menor esforço”. Sua medicina, suas crenças e reações diante dos fatos nacionais são indícios da pobreza de seu “mobiliário cerebral”; seu horror à guerra e ao recrutamento é sinal inequívoco de falta de civismo; sua

ignorância da geografia e da política prova sua falta de sentimento e pátria, (PATTO, 1993,p.73).

Nota-se que os adjetivos utilizados, por Monteiro Lobato, expressavam um preconceito contra os negros e mestiços, enfatizando a incapacidade de enquadrarem-se no universo eurocêntrico e de se pensar o mundo, definindo que o caboclo como portador de ignorância e apatia que o classificaria como pertencente a uma raça intelectualmente inferior.

As cidades também eram vistas pelos poetas e escritores como uma ameaça, pelas más condições de higiene, pela falta de saneamento básico, bem como para os médicos e sanitaristas que indicavam medidas higienistas que reforçavam esse tipo de pensamento. Essa visão desencadeou ataques aos becos, os quais eram vistos pelos sanitaristas como foco de irradiação de epidemias, além de terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos, (SILVÉRIO, 2005. p.100).

Outra grande preocupação para os eugenistas observava-se no estado de luxúria em que incluíam dentre as características do povo brasileiro. Segundo os médicos eugenistas, a *sífilis* era uma das maiores contaminações da época. Nesse aspecto, defendiam a contenção deste índice alarmante de atraso da sociedade brasileira por meio de mecanismos de contenção moral para o controle da promiscuidade entre a população. Eis que, a ciência se une com a fé, para a promoção do discurso moral e de valorização da família, já que esta instituição seria responsável pela reprodução da mão-de-obra e destinada à expansão do sistema industrial que se instalava na época.

II. 2. O Mito da Democracia Racial

O início do Século XX representou um momento no qual o Brasil passava por grandes mobilizações sociais, emergindo grandes movimentos sociais em todo o país, como o cangaço, as romarias de padre Cícero, a Guerra de Canudos e o Contestado. Os negros, segundo Júnior (2009), em sua obra, *Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça* tiveram uma participação expressiva nesses movimentos, fruto de sua condição de precariedade. Neste mesmo período, conforme os autores citados, Rui Barbosa¹² *publicava um despacho que ordenava a*

12 Rui Barbosa de Oliveira: (1849- 1923), jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Um dos organizadores da República e co-autor da constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Moraes.

queima de livros e documentos referentes à escravidão negra no Brasil. Essa iniciativa objetivou “apagar” a memória escravocrata do país como se fosse um ato mágico para a constituição de uma nova sociedade. Manifestações culturais sofreram sanções, sendo que a capoeira passou a ser criminalizada e sua prática proibida e penalizada com chibatadas como também castigos corporais na Marinha.

A partir do conceito de “Democracia Racial”, principalmente discutido em obras como *Casa Grande e Senzala*¹³, de Gilberto Freyre, considerada uma referência de grande expressão do pensamento da democracia racial, e conferências realizadas por seu autor, ao considerar o Brasil como o país da mestiçagem, dizia que não havia uma separação por cor, e os mulatos e brancos tinham direitos iguais, sendo o Brasil um verdadeiro paraíso tropical com suas riquezas naturais, diversidade cultural e da beleza da miscigenação, dificultando de certo modo que se construísse nos negros a consciência de sua identidade étnico-racial. Nesse ponto, essa visão desconsiderou as classes oprimidas, representadas em sua maioria pela população negra, negligenciando o abandono do Estado, e a cumplicidade da Igreja. Além de Freyre, alguns outros pesquisadores em ciências sociais como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, e literários famosos como Jorge Amado, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz contribuíram para reforçar a Democracia Racial a partir da concepção de identidade nacional. Além disso, essas produções contribuíram para as transformações da cultura afro-brasileira em cultura popular ou folclore. Nesse aspecto Júnior (2009), assinala:

(...) da diversidade das culturas populares (afro-brasileiras, indígenas, nordestinas...) à unidade da “arte”, da “música” e da “culinária” nacionais; 2) dos processos sociais (p. ex. relações raciais) aos objetos ou aos produtos (retificação) que adquiriram em épocas passadas. A cultura popular afro-brasileira, como cultura popular é associada ao não moderno e “museificada”, congelada no tempo, ou atualizada, “modernizada” como cultura brasileira. (p.59.)

13 *Casa grande e Senzala*, Gilberto Freyre: Narra uma história social do mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. No quadro de uma economia latifundiária baseada na monocultura da cana-de-açúcar, nota-se um desequilíbrio entre sexo caracterizado pela escassez de mulheres brancas. Dai a necessidade de aproximação sexual entre escravas negras e índias, com os senhores brancos; aproximação que apesar da assimetria e da relação de poder entre senhores e escravo, não impediu a criação de uma zona de confraternização entre ambos. Essa aproximação foi possível, segundo Freyre, graças a flexibilidade natural do Português. Assim, explica-se a origem histórica da miscigenação que veio diminuir a distância entre a casa grande e a senzala, contrariando a aristocratização resultante da monocultura latifundiária e escravocrata. (Kabengele Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (2008. p.76).

Essa proposta que tentava humanizar a sociedade brasileira negou a diversidade cultural do país, reduzindo assim todas as diferenças étnico-raciais a um só modelo, ignorando processos históricos de constituição da identidade cultural.

Ainda sobre o “Mito da Democracia Racial”, foram produzidos mecanismos que, por meio da ideia de uma suposta convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as classes sociais, ocultasse a diversidade étnico-racial conforme Munanga (2008):

Permitindo as elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada da consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes, (p.77.)

Apesar da resistência das organizações de movimentos negros, como a expressiva atuação do TEN- Teatro Experimental Negro (1945) que, além de sua atuação cultural, tinha uma formação política que reivindicava a admissão de gente negra para a educação secundária e superior, tornando-se o pioneiro, a lei *contra a discriminação* que culminou na *Lei Afonso Arinos*. O *Mito da Democracia Racial*, denominado por Florestan Fernandes, segundo Júnior (2009), *impediria a politização, nos espaços públicos, da desigualdade e da discriminação racial brasileira*¹⁴. Além disso, dificultou bastante a mobilização do Movimento Negro, no sentido de organizar políticas públicas para o povo negro. Segundo Munanga (2003).

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. (p.11.)

Uma vez que, em um país no qual não haveria uma barreira legal que impedisse a ascensão social de pessoas de cor, bem como o acesso às riquezas e prestígios, desenvolveu a concepção de que o Brasil era um país caracterizado por uma suposta

¹⁴ As citações em itálicos são falas próprio autor (Sales Júnior. *Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça*. Belo Horizonte. 2009

harmonia racial. Diante disso, todas as conquistas foram pautadas no discurso do mérito individual, colocando negros e brancos perante uma falsa igualdade, já que as conquistas se tornam fruto de seus esforços. Essa cultura da meritocracia ocultou a seletividade dos acessos aos bens culturais, numa sociedade extremamente desigual e racista (SOUZA, 2012.)¹⁵.

Entretanto, na década de 1960 com a repressão Militar, ocorreu uma luta tardia do Movimento Negro por políticas públicas de Ações Afirmativas, na qual segundo Antônio Sérgio Almeida Guimarães¹⁶ (2006):

O golpe militar de 1964, que destrói o pacto populista, estremece também os elos do protesto negro com o sistema político, que se teciam principalmente através do nacionalismo de esquerda. De fato, no começo dos anos 1960, a política externa brasileira já se encontrava estressada quanto à posição que o Brasil deveria tomar frente aos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. O movimento negro brasileiro, influenciado, internacionalmente, pela *negritude*, enfatizava as suas raízes africanas, o que gerava a reação de intelectuais como Gilberto Freyre (1961, 1962), em sua cruzada em prol dos valores da mestiçagem e do luso-tropicalismo. A discussão sobre o caráter da “democracia racial” no Brasil abordava a realidade cultural (como queriam Freyre e o *establishment* conservador) ou de ideal político (como queriam os progressistas e o movimento negro) - acaba levando à radicalização das duas posições. A acusação de que “democracia racial” brasileira não passava de “mistificação”, “logro” e “mito” toma então conta do movimento, à medida que a participação política se torna cada vez mais restrita, excluindo a esquerda e os dissidentes culturais. A partir de 1968, os principais líderes negros brasileiros vão para o exílio. (p. 17-18.)

Desse modo, o regime autoritarista de 1964, com suas práticas repressivas de manutenção da ordem e segurança da nação, contribuiu para a desarticulação de inúmeros movimentos, dentre eles o Movimento Negro.

Esse cenário traçou longínquos anos de monopolização de uma hegemonia de raça e o ideário de um paraíso racial, que seria um conjunto de crenças produzidas na falsa ausência de preconceito racial no Brasil, culminando no racismo velado.

No entanto, essa ocultação vem sendo problematizada na atualidade, quando nos deparamos com dados estatísticos que escancaram os desastrosos resultados do racismo

¹⁵ Jessé de Souza. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte. UFMG. 2012. Kabengele Munanga, *Uma abordagem conceitual das nações de raça, racismo, identidade e etnia*. 2003.

¹⁶ Antônio Sérgio Almeida Guimarães. *Democracia Racial*. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. 2006.

em nosso país, tal como um verdadeiro genocídio da população negra que cresce assustadoramente a cada ano.

Diante desta problemática, abordarei no capítulo a seguir alguns apontamentos relevantes para se compreender a situação de violência em que está sendo acometida a população brasileira, sobretudo a população jovem e negra.

II. 3. A produção da violência e seus reflexos na população negra do país

Recorrendo ao conceito de violência apresentado por Maria Cecília Minayo, “A violência Social sob perspectiva da saúde pública” (1994), a autora, destaca tratar-se de uma problemática ainda presente em toda a sociedade. Nos dias atuais, vários estudiosos indicam que a violência não é um fenômeno da *natureza humana* e nem está inserida nas *raízes biológicas*, conforme Minayo (1994):

Trata de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, para entendê-la, há que se apelar para a especificidade histórica. Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual. Nessa perspectiva a violência nunca deve ser tratada unicamente como uma questão de fatalidade, pode ser também considerada como um caminho possível que vem em contraposição à tolerância, ao diálogo, ao reconhecimento e à civilização. (p.7.)

A violência faz parte da condição humana, e deve ser analisada peculiarmente de acordo com suas *expressões mais visíveis*, ou seja, necessita ser compreendida de acordo com cada contexto, (Minayo, 1994). Segundo a autora, sua análise se remete a *sociedades específicas, trazendo para os debates públicos questões fundamentais, em formas particulares, questões sociais vivenciadas individualmente*. Por isso a violência não ser vista apenas como atrelada ao contexto familiar, pois, envolve o sistema econômico, social, cultural e político que, ainda segundo a autora, está vinculada a situação de *opressão de grupos, classes, nações e indivíduos*, aos quais são negados os espaços no meio social, oferecendo-lhe as margens da sociedade e condições precárias de sobrevivência, tornando-os mais vulneráveis e sujeitando-os às várias faces da violência. Sendo essa a violência estrutural que Minayo (1994) ainda reforça:

Que não só confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e impulsiona ao delito. A desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o

consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. (p.8.)

Dentro desta perspectiva, partindo de reflexões da própria autora, é essencial antes de pensar nos atores da violência, refletir sobre a violência estrutural, que não deixa de ser a propulsora das violências produzidas numa sociedade extremamente desigual. Portanto nesse aspecto os *sadismos, sequestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos*, necessitam ser compreendidos, segundo Minayo (1994), a partir da violência contextual, de acordo com cada cenário histórico.

Para ilustrar esse enfoque tomo como fonte alguns apontamentos que irão assinalar que a violência em nosso país apresenta aspectos étnico-raciais. Fazendo um levantamento da situação da população brasileira no que tange à violência, o *Mapa da Violência do ano de 2012*, produzido por Julio Jacobo Waiselfisz, foi o suporte para a busca de tais indagações. Esse estudo se fundamenta nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade SIM – da Secretaria de Vigilância em Saúde SVS – do Ministério da Saúde MS, e faz uma comparação da violência no país, entre os anos de 2002 a 2012.

Estes indicadores nos trazem informações essenciais para nos alertar da situação do Brasil, pois está no ranking de um dos países mais violentos do mundo Waiselfisz (2012). De acordo com o autor para um país que *não se aparenta ter conflitos étnicos, religiosos, de fronteiras, raciais, ou políticos: representa um número de mortes bem superior à de muitas regiões do mundo que atravessam conflitos armados internos ou externos*. (2012. p. 38).

Segundo dados do Mapa, quando se compara a cor/raça¹⁷depara-se com indicadores preocupantes. Na leitura dos índices no mapa, analisado desde o ano de 2002, fica evidente uma queda dos números de homicídios da população branca, mas em contrapartida aponta um aumento de homicídios da população negra. No ano de 2002, a população branca atingiu 18.867 vítimas de homicídio, sendo que, nesse mesmo ano, a população negra¹⁸alcançou 26.952 vítimas. Já no ano de 2010, há uma queda quando se verifica a população branca, que atinge aproximadamente 14.047 vítimas, já

17 Dados sobre cor/ raça, informados ao SIM (Sistema de Informação de Mortalidade), a partir de 1996.

18 Categorias: negro, preto/ pardos empregadas pelo IBGE.

entre a população negra esse número aumenta para 30.912 o número das vítimas de homicídio. A análise por regiões no país mostra que em todas as regiões há um aumento do número de homicídios entre os anos de 2002 a 2010, conforme Waiselfisz (2012):

Considerando o país como um todo, o número de homicídios brancos caiu de 18.867 em 2002 para 14.047 em 2010, o que representa uma queda de 25,5% nesses oito anos. Já os homicídios negros tiveram um forte incremento: passam de 26.952 para 34.983: aumento de 29,8%. Destacam-se, pelos pesados aumentos de vítimas negras: Pará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, (p.14.)

Os Estados Bahia, Paraíba e Para, foram os locais que ocorreram o maior aumento do número de homicídios, segundo o Mapa os números de 2002, mostram que as mortes mais que triplicaram no ano de 2010. Em relação às pessoas que foram vítimas, no ano de 2002 a população negra foi de 65,4%, em 2006, cresceu para 90,8%, e no ano de 2010, esse percentual atingiu 132% da população negra. Ou seja, segundo Waiselfisz (2012.p.14), por cada *branco vítima de homicídio, proporcionalmente morreram 2,3 negros pelo mesmo motivo*. Esse percentual de 132% da população negra torna-se preocupante quando analisamos separadamente alguns Estados, vemos que o agravante torna-se ainda mais assustador, como se pode observar no Estado da Paraíba com um branco assassinado para cada 19 negros e Alagoas que, para cada branco assassinado, morre 18 negros. Nas capitais, os índices de vitimização, se tratando da população negra preocupam ainda mais, segundo análise feita por Waiselfisz (2012):

João Pessoa apresenta uma taxa de homicídios negros de 140,7 cada 100 mil negros e a de Maceió de 132,6. E os índices de vitimização negra dessas capitais impressionam: em João Pessoa por cada branco que é assassinado, proporcionalmente morrem 29 negros pela mesma causa. Em Maceió, a proporção é semelhante: para cada branco morrem 26 negros. A gravidade da situação nas capitais pode ser entendida mais claramente se observarmos que a média nacional de vitimização negra foi de 132,3 em 2010. Mas nas capitais, nesse mesmo ano, a vitimização negra foi quase o duplo que a nacional: (250, p.19.)

Em nota recente divulgada no portal do site do IPEA¹⁹ (17/10/2013), ficou evidenciada a preocupação quanto à situação alarmante da população negra no país, destacando a vulnerabilidade da juventude afrodescendente acima de tudo. Para Almir de Oliveira Junior e Verônica Couto de Araújo Lima, pesquisadores da área de Direitos Humanos na UnB (Universidade de Brasília), no Brasil os índices de mortes por

¹⁹ IPEA – Site Ipea - Homicídios reduzem expectativa de vida dos negros: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20248&catid=8&Itemid=6> (Dados apresentados no lançamento do Boletim de Análise Político-Institucional – Bapi).

violência são elevados, sendo que as pessoas negras são mais vulneráveis, já que a cada três pessoas assassinadas duas são negras. *Somando-se a população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos (2013).*

Segundo boletim lançado por Daniel Cerqueira (2010), diretor de estudos e políticas do estado, das instituições e democracia do IPEA, pode-se afirmar que, mais de 60 mil pessoas são assassinadas no Brasil e há uma forte relação com a questão étnico-racial nessas mortes. Segundo indicadores apontados por Cerqueira, um racismo institucional é observado quando se faz um levantamento de dados referente à população de 96.795.294 negros e pardos, e 93.953.897 não negros²⁰, vítimas de agressão que não procuraram a polícia, sendo 61,18% negros e 38,2% não negros, dos que não procuraram a polícia por não acreditarem na polícia, correspondendo a 60,30% negros e 39,70% não negros. Quanto aos que não queriam envolver a polícia, por medo de represália, 60,70% eram negros e 39,30% não negros, de um total de detentos 252.796 negros, e 169.975 não negros. Verificando assim uma relação diferenciada das vítimas de agressão sobre a segurança pública no que concerne às questões étnico-raciais em que nota-se uma diferença considerável quanto à assistência configurada na confiança na polícia sendo diferente entre brancos e negros.

Além desses dados levantados, outros indicadores de violência contra os negros ainda podem ser apontados pelo IPEA (2009). Entre as pessoas que sofrem violência e procuram o serviço de saúde devido à violência sofrida no país, segundo o IPEA, 52,9% eram brancos e 53,0% negros, e quando se analisa por relação de gênero, os homens eram as maiores vítimas, sendo 55,2% dos homens negros, para 50,8% de mulheres negras.

Quando se verifica a proporção de pessoas de 10 anos ou mais que foram vítimas de agressão segundo as pesquisas, no ano de 2009, no país, evidencia que para 1,3 do total das pessoas brancas, e 1,8 do total para as pessoas negras. No mesmo ano pessoas agredidas por policial ou segurança privada, 37.890 da população era branca e 74.328 da população era negra. Diante desses levantamentos estatísticos, acredito que

²⁰ Categorias: negros / pardos e não negros empregados pelo IPEA.

esses indicadores são suficientes para apontar um grau relevante de genocídio da população jovem negra, no nosso país.

Sendo assim, no próximo item, apresento as concepções de juventude verificadas nos trabalhos acadêmicos pesquisados.

II. 4. Quanto às concepções de juventude

No que se refere à concepção de Juventude, Juarez Dayrell, em seu artigo *O jovem como sujeito social*, publicado em 2003, aborda a complexidade de se pensar a juventude, já que perpassa pela diversidade que se traduz nas condições sociais, culturais, étnicas, de gênero, identidades religiosas, valores e regiões geográficas, dentre outras nuances. O reconhecimento dos múltiplos modos e estilos de viver a juventude remete para a ideia de juventude (s) no plural. Nesse aspecto Dayrell (2003), reforça:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (p.42.)

Esse autor acredita que se torna necessário pensar a juventude como um momento de grandes mudanças no corpo, nos afetos, das referências sociais e relacionais. Mas que não representam características apenas deste momento, pois irão estar presentes de algum modo ao longo da vida.

Sendo assim, não há um perfil único de ser jovem, pois, as juventudes são compostas por diversidades que distinguem uns dos outros. Assim como também a juventude não é uma fase da vida, como defende Machado Pais (1999):

Quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados. Estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma fase de vida. (p.149.)

Além disso, Dayrell (2003) ressalta que os jovens brasileiros não são considerados como sujeitos de direitos, ainda há poucas políticas públicas destinadas à juventude que garanta o acesso aos meios materiais e culturais, bem como escassez de

espaços e tempos de lazer para que possam gozar deste momento importante para sua formação.

Um diagnóstico realizado acerca da condição de crianças, adolescentes e jovens da região de Belo Horizonte (2013) ²¹, nos alerta sobre as principais violações de direitos, somando-se em 36,41% das violações de direitos registrados nos conselhos tutelares. Sendo esses o direito à *educação, cultura, esporte e lazer*. Ainda segundo o diagnóstico, ressalta que entre os jovens de 14 e 15 anos, que deveriam estar inseridos no ensino médio, parte expressiva desses jovens, principalmente se tratando dos jovens negros e pobres estão envolvidos no tráfico de drogas, e é nesta fase que ocorrem também os maiores índices de homicídios. Uma reflexão a partir do diagnóstico mostra que a ausência de inclusão econômica pode ser o motivo pelo qual os jovens possam estar buscando outros meios não legais de remuneração. Ao analisar a situação educacional e de trabalho da população jovem negra de Belo Horizonte, o diagnóstico (2010), aponta que é a minoria entre os que estudam, compondo aproximadamente 15%, contra 21,5% da população juvenil não negra, em contrapartida é a maioria dos que só trabalham ou procuram emprego sendo, 56,7%, contra 49,1% dos não negros.

No bojo de construção de políticas públicas, os jovens não são considerados capazes de protagonizar sua própria história. Sempre há alguém falando por eles, retirando sua autonomia e liberdade de dizer sobre si. Essa visão estereotipada acerca do jovem contribui para associá-lo a problemas, como se observa nos noticiários, quando dizem de criminalidade sempre apontam os jovens como os principais causadores, *a juventude vista como problema, ganhando visibilidade quando associada ao crescimento alarmante dos índices de violência, ao consumo e tráfico de drogas ou mesmo à expansão da AIDS e da gravidez precoce, entre outros*, (Dayrell, 2008.p.2).

Todavia, faz-se necessário problematizar as violências sofridas por essa população, como o *genocídio da Juventude negra*, no qual estou debruçada nessa pesquisa. Por outro lado, as contribuições dos jovens, para a construção de nossa história, sociedade, cultura e economia não podem ficar invisíveis aos nossos olhos.

21 Diagnóstico da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Execução: Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre Ltda. Coordenação Geral: Amadeu Roselli-Cruz, Coordenação Executiva: Dimas Antônio de Souza. (2013).

Devemos entender a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um (Dayrell, 2008, p. 4).

Grande parte da população juvenil brasileira é constituída às margens da sociedade, ou seja, estão em situação de vulnerabilidade social, *os níveis de escolaridade são bastante baixos, o trabalho precário ou o desemprego são realidades cotidianas, observando-se poucas perspectivas de vida diante do incremento da violência nas áreas urbanas metropolitanas, sobretudo os homicídios*, como afirma (Dayrell, 2008.p.8).

Nesse aspecto, o que o diagnóstico da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte nos mostra, de acordo com o Diese (2011) o seguinte:

A taxa geral de desemprego na região metropolitana de Belo Horizonte para a população entre os 16 e 29 anos era de 14,0%. Dessa taxa, o sexo feminino representa 17,7% e o sexo masculino 10,9%. Dos 14,0% que se encontram desempregados na faixa etária entre 16 e 29 anos, 15,2% eram negros e 12,4% não negros, p.100.

Estes indicadores vão nos dizer da situação real em que estão inseridos os jovens em nossa sociedade, são populações juvenis que vem de contextos diferentes, porém, na sua maioria, convivem com a mesma realidade, enfrentando descaso, falta de oportunidade e violência. Sobretudo a população juvenil negra, aparece nos maiores índices de vitimização no país.

Esse agravo de negligencia em relação às juventudes cresce a cada dia, sendo um dos causadores do crescimento, o projeto neoliberal do Estado na esfera publica, que não oferece mecanismos de combate e políticas que assegure os direitos desses jovens viver dignamente. Nesse ponto Dayrell (2008), ainda reforça:

Além dos jovens pobres se verem privados da materialidade do trabalho, do acesso às condições materiais de vivenciam a sua condição juvenil, defrontam também com a desigualdade no acesso aos recursos para sua auto-realização. Surge assim uma nova desigualdade que assume a forma de privação cultural, de acesso a experiências que lhes possibilitem o autoconhecimento e com isso, descobrir seus próprios potenciais. Retoma-se aqui a importância das políticas públicas para garantir a todos os jovens as possibilidades de vivenciam a juventude como uma fase de direitos, onde possam construir identidades positivas e projetos que afirmem sua dignidade. (p.15.)

Na mesma direção José Machado Pais vai problematizar em sua obra intitulada *A construção sociológica da juventude: alguns contributos*, (1999), alertando quanto ao desemprego juvenil como um dos maiores problemas da atualidade. As dificuldades de acesso ao emprego estão diretamente ligadas às dificuldades de acesso a habitação. O cenário da juventude atual é de jovens que não cumprem com a lógica estipulada por meio da sociedade, de se obter um lar, prolongando cada vez mais os laços de dependência familiar. O autor ainda afirma que o problema social da juventude é um problema sociológico, ou seja, a juventude representa espelho social. Spósito (2003), caminha nessa perspectiva, quando faz um levantamento de dados estatísticos retirados do (IBGE), em seu trabalho *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas*. Nesse estudo, procura-se destacar que a precariedade no acesso à educação é um fator preponderante para uma frustração futura, culminando na falta de qualificação para o trabalho e o desemprego. Esta frustração sobressai entre os jovens negros que, segundo a autora, nas regiões metropolitanas as taxas de desemprego entre jovens negros são 30% a 40% mais altas que a de jovens brancos. De acordo com os levantamentos realizados a respeito da questão educacional dos jovens, a autora vai destacar que entre a população sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade somam-se em 61,5%, e quando comparado aos jovens com maior tempo de escolaridade o resultado é oposto, dos que possuem 15 anos ou mais de escolaridade, 85% são brancos. Ainda, afirma que, quanto mais cresce a faixa etária adequada a cada período escolar, mais os jovens tendem a abandonar as escolas, sendo mais recorrente a evasão entre homens negros.

Essa breve revisão bibliográfica indica a necessidade de problematizar o conceito de juventude ao visualizá-lo na sua pluralidade, destacando a invisibilidade da desigualdade social enfrentada por jovens negros, como apontam os estudos levantados. Diante disso, remeto a discussão para as concepções de raça.

II. 5. Quanto às concepções de raça

Para contextualizar o conceito de raça adotei como base algumas ponderações essenciais que partem da reflexão acerca da obra do professor Kabengele Munanga, intitulada *Uma abordagem conceitual das nações de raça, racismo, identidade e etnia*, já que para Munanga (2003):

(...) o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), fez o uso para classificar as plantas em raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. (p.1.)

Segundo Munanga(2003), os conceitos e classificações de raça serviram para legitimar a hierarquização das raças.

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças, estâncias que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. (p.3.)

Nesse aspecto Souza Patto (1993), destaca que a desigualdade racial na visão dos pensadores do século XIX, como o francês Augusto Comte afirmava, em meados deste século, a seguinte perspectiva:

A elite ou vanguarda da humanidade era constituída pela raça branca da Europa ocidental; o autor da filosofia positivista reconhecia somente três raças distintas: a branca à qual atribuía a inteligência, a amarela, portadora dos dons da atividade, e a negra, motivada principalmente pela afetividade. (p. 33)

Nesse período histórico, um dos intelectuais que defendia as ideias racistas que marcaram época, foi Conde de Gobineau, autor de umas das principais obras publicadas no século XIX, por meio de um ensaio sobre as desigualdades das raças humanas (1854), em que defendia que a raça ariana era superior. Além disso, apresentava uma percepção negativa da mestiçagem, percebida no trecho de um dos textos dele, em que ele faz a seguinte afirmação: “Nos países a raça branca já impura se mistura ao sangue dos negros e índios, as consequências serão trágicas, pois resultarão na justaposição dos seres mais degradados”. Nessa direção, para Souza Patto (1993), o mecanismo contra a miscigenação no Brasil indicava a seguinte tendência:

Talvez um dos motivos mais fortes da grande acolhida de suas ideias no Brasil resida do fato de que ele não só trazia reforço “científico” ao preconceito racial disseminado no país como colocava aos intelectuais brasileiros a difícil tarefa de conciliar esta visão negativa da miscigenação com a necessidade de esboçar teorias positivas sobre o caráter nacional, (p.34)

Naquela época, a cor era determinada pela quantidade de melanina e o grau de concentração que iria definir a cor dos olhos e do cabelo, sendo a raça branca a que

possui a menor concentração de melanina, a qual ira definir a cor branca, olhos e cabelos claros. Essa perspectiva será desconstruída posteriormente, como explica Munanga (2003):

Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos. Os negros da África e os autóctones da Austrália possuem pele escura por causa da concentração da melanina. Porém, nem por isso eles são geneticamente parentes próximos. Da mesma maneira que os pigmeus da África e da Ásia não constituem o mesmo grupo biológico apesar da pequena estatura que eles têm em comum, (p. 3)

Já no século XX, com a progressão da genética humana revelou-se, segundo Munanga (2003. P. 4) *que havia no sangue, critérios químicos mais determinantes para consagrar definitivamente a divisão da humanidade em raças estancas*. Nessa perspectiva, havia outros fatores como doenças hereditárias e outros fatores que eram encontrados com mais frequências em determinadas raças do que em outras. De acordo com esse autor, *o cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças*. (p.4).

Nesse aspecto, Munanga (2003, p.5) ainda vai dizer que, segundo especialistas na área de conhecimento científico sobre raça, *conclui-se que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem*.

No entanto, os dados apontados não evidenciam que todos os seres humanos são *geneticamente semelhantes*, as heranças genéticas, segundo os especialistas, são diferentes, porém não é argumento suficiente para que sejam classificadas como raças. Nesse ponto, Munanga (2003), ainda questiona:

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno- semântica.

De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (p.6.)

Frente a isso, se para os especialistas, raça não existe no cotidiano das relações entre as diversas populações; na vida cotidiana e no senso comum, a diferença de cor da pele ainda separa e segrega os indivíduos, sendo bastante representada na reprodução e manutenção do racismo. Pode não ter validade na concepção dos geneticistas, porém, torna-se necessário considerar que o conceito é justificado quando se discute a realidade social e política, remetendo o debate para uma construção social e política, considerando a raça como defende o autor, *como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão*²².

II. 6. Quanto às concepções de Etnia

No que se refere ao conceito de Etnia para Munanga (2003), é apresentado a partir do conteúdo sócio-cultural, histórico e psicológico:

Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (p. 12)

Nessa consideração Munanga (2003), problematiza a ineficácia de se nominar como raça ou etnia, uma vez que, segundo o autor, essencial não é a nomenclatura, sendo que independente de serem denominados pela raça ou etnia são as mesmas *vítimas de ontem e de hoje*. Diante disso, defende que, o que mudou até os dias atuais foram os conceitos, porém, *o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato*. Tal como reforça:

Tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados. É esse duplo uso que cria confusão na mente dos jovens pesquisadores ou iniciantes. A confusão está justamente no uso não claramente definido dos conceitos de raça e etnia que se refletem bem nas expressões tais como as de “identidade racial negra”, “identidade étnica negra”, “identidade étnico-racial negra”, etc. (p.13.)

Nessa perspectiva Muniz Sodré, em sua obra intitulada *Identidade brasileira* (2010), alerta-nos sobre as limitações dos conceitos de raça:

²² As citações em Itálico são falas do próprio autor (Kabenguele Munanga. *Uma abordagem conceitual das nações de raça, racismo, identidade e etnia*, 2003).

Se aqui não se acredita, e com razão, nessa farsa de essência chamada ‘raça’, acredita-se, entretanto, na ‘relação racial’, isto é, a relação social em que se hierarquizam desde o nascimento as vantagens patrimoniais, segundo a gradação da cor da pele, do mais escuro para a sublimidade do mais claro. Tenta-se, ao mesmo tempo, ocultar a dissimetria, impedindo o negro de manifestar-se como coletivo diferenciador, fora da esfera lúdica. Ocupando pela fala o espaço público, o afrodescendente pode indicar a existência de outro padrão civilizatório, não dominante, mas predominante nas formas de vida do povo nacional. (p.327.)

O importante para Munanga (2003) é ter a consciência política dessas expressões, para que se evite cair no conceito biológico, já que segundo o autor:

Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo. (p.15.)

O mesmo autor defende a identidade na busca pela independência e fortalecimento de suas contribuições para transformações na esfera social, política, cultural e educacional da realidade da população negra.

Quanto ao conceito do tema étnico-racial, no texto “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”, para Nilma Lino (2011), o que está sendo representado, é um conceito configurado de diferentes interpretações, sendo elas políticas, sociológicas e econômicas.

Uma delas é realizada pelo Movimento Negro e por um grupo de intelectuais que se dedica ao estudo das relações raciais no país. Estes, ao analisarem a situação do negro brasileiro, agregam as categorias raciais, “preto e pardo” entendendo-as como expressão do conjunto da população negra no Brasil. Isso quer dizer que, do ponto de vista étnico-racial, 44,6% da população brasileira apresenta uma ascendência negra e africana, que se expressa na cultura, na corporeidade e/ou na construção das suas identidades. (p.2.)

Nesse aspecto, para Lino (2011) e Munanga (2003), as identidades dos negros configuram-se no contexto histórico político, social e cultural. A identidade constituída a partir de classe, gênero e raça no âmbito da desigualdade e do racismo, ainda representa um marcador de formas de dominação e manutenção de privilégios no Brasil.

No próximo capítulo apresento os aspectos metodológicos desenvolvidos neste estudo.

Capítulo III

Procedimentos metodológicos

Para a realização do trabalho fez-se necessário uma esquematização das metodologias adotadas para a inserção ao campo de pesquisa. Desta forma, utilizei de alguns suportes para adentrar neste local, como gravadores, caderno de bordo, um roteiro de entrevista construído a partir do modelo de entrevista semi-estruturada. A esquematização do roteiro da entrevista deu-se a partir das indagações levantadas ao longo dos estudos teóricos refletidos durante a pesquisa abordados nos capítulos I e II.

Nesse aspecto, foi imprescindível elencar alguns tópicos que irão dizer de quais foram os mecanismos utilizados para inserção a campo, quais foram os sujeitos entrevistados bem como os motivos pelos quais foram escolhidos. Como foi a experiência e de que maneira contribuiu para minha experiência neste espaço.

Para tanto foram identificados cinco tópicos: caracterização do campo de pesquisa, que irá nos dizer do local, bem como os desafios e possibilidades para a realização das entrevistas. Quanto aos sujeitos pesquisados: será abordado o perfil desses sujeitos e como se deu o diálogo com esses. Inserção da pesquisadora no campo de estudos: no que tange minha inserção no campo, será apresentado os caminhos percorridos para adentrar neste espaço desconhecido, quais foram os desafios encontrados até chegar a esses sujeitos e o aprendizado com essa experiência. As entrevistas semiestruturadas: nesse ponto serão abordadas a partir contextualização dos diálogos, como os sujeitos se manifestaram diante das indagações e de que forma foi essencial para a constituição de uma análise satisfatória. Quanto à minha experiência de pesquisadora: é um momento de avaliação desta experiência, de refletir sobre o que aprendi neste lugar e o que poderia compreender mais, como é necessário um Educador Social neste espaço. E como é essencial mais pessoas poderem problematizar este local tão inviabilizado.

III. 1. Caracterização do campo de pesquisa

A pesquisa em campo foi o momento mais desafiador do trabalho, visto que no momento em que optei em pesquisar jovens em situação de privação de liberdade, tive

problemas na inserção ao Centro Socioeducativo, devida a burocracias que impediram minha introdução ao local. Diante dessa dificuldade, resolvi direcionar o campo de pesquisa aos familiares dos jovens em medida judicial de privação de liberdade.

Fui orientada pelo professor orientador a realizar entrevistas semiestruturadas com quatro familiares de jovens nessas condições. Neste momento, procurei na região onde moro (Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves), familiares de jovens encarcerados no sistema prisional. Encontrei um vizinho e o esposo de minha prima, já que possuem irmãos encarcerados. Desse modo, no momento em que iniciei os contatos para a realização da entrevista, fui solicitada para que o diálogo não acontecesse. Frente a isso decidi não mais insistir, pensando que poderia estar constrangendo o sujeito convidado para essa pesquisa. Todavia realizei a entrevista com o esposo de minha prima, o qual foi o primeiro a ser entrevistado. A conversa ocorreu em minha residência no dia 10/11/2013, às 15:00 horas. Em relação as demais entrevistas, ocorreram de maneira diferente.

Nesse percurso meu orientador me indicou um contato com a Coordenadora da Pastoral. Durante sua apresentação num Seminário organizado pelo ONASP²³ havia mencionado um Grupo ao qual tratavam com amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade. Ao entrar em contato por telefone essa Coordenadora, me informou o telefone, e-mail e Blog do “Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade”. Neste Blog²⁴ estão publicadas as datas das reuniões com os amigos e familiares organizadas por Advogadas. Entretanto não consegui entrar em contato com o Grupo via *internet*, e no dia 14 de outubro de 2013, às 18:30 horas compareci a reunião. Nesse momento, apresentei-me diante dos participantes e falei da proposta da pesquisa. Em seguida a coordenadora do grupo se apresentou dizendo que aquela reunião com os familiares foi organizada no sentido de socializar o andamento dos processos e informar como estava o familiar encarcerado e o esclarecimento para algumas dúvidas. Além disso, representava um momento em que os familiares

23 ONASP – Observatório Nacional do Sistema Prisional. Na Faculdade de Educação – FaE/UFMG.

24 Blog: Grupo de amigos e familiares de pessoas em privação da liberdade. <http://antiprisional.blogspot.com.br/>. Situada na rua Timbiras, 1532, 6º andar, centro-BH. (Este grupo é uma Associação sem fins lucrativos, que visa organizar amigos e familiares de encarcerados com o objetivo de garantir a defesa dos direitos humanos e das garantias fundamentais para a população carcerária).

compartilhavam suas experiências com um parente encarcerado. Nesse dia compareceram somente dois familiares de presos, as organizadoras diziam que era comum não comparecer muitos familiares nesta reunião. A maioria prefere ir à sede²⁵ para tratar de documentos e esclarecimentos com relação ao processo dos parentes encarcerados. Neste primeiro dia ocorreram alguns esclarecimentos, diante da baixa presença no encontro realizado. Uma mãe falou da situação do filho, da dificuldade de resolver os processos por não ter muito conhecimento. Isso ocorria por não compreenderem sobre os tramites legais e acabavam sendo enganados pelos advogados contratados, segundo uma das mães. Neste local, as advogadas esclareciam dúvidas, acompanhavam os familiares nos processos e os ensinavam sobre os encaminhamentos junto ao juiz. Tratava-se de uma espécie de um suporte. Notei também que era um local de troca de experiências, o familiar mais experiente auxiliava o recém-chegado.

Neste mesmo dia apresentei meu trabalho e perguntei se algum familiar gostaria de participar da entrevista. Dois parentes que estavam presentes se dispuseram a ser entrevistados, peguei o contato das mesmas, porém não consegui marcar um dia para a conversa. Uma das convidadas disse-me que poderíamos conversar na próxima reunião. A próxima reunião aconteceu no dia 11 de novembro de 2013, havia mais familiares, os presentes estavam muito familiarizados com a reunião, trocaram experiências com relação às visitas ao parente encarcerado, como estava a sua situação e em que pé estavam os processos. Neste dia não consegui entrevistar a pessoa que havia combinado porque não chegou no horário previsto. Diante disso, sugeri que poderíamos conversar na próxima quarta-feira, dia em que se reúnem para resolver sobre documentações e esclarecimentos.

Aproveitei o dia da reunião para convocar os familiares que pudessem comparecer nessa quarta-feira. Assim propus em realizar as interlocuções logo após serem atendidos pela advogada, todos se dispuseram a ser entrevistados.

Na próxima quarta-feira, dia 13 de novembro de 2013, fui à sede das Brigadas Populares, em que os familiares e amigos são atendidos pelas advogadas. Nesse dia conversei com uma mãe, logo após ser atendida pela advogada. No momento em que

25 Sede das Brigadas Populares em Belo Horizonte/ Minas Gerais: <http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/>

fazia a entrevista, havia mais uma mãe que aguardava para ser atendida. Foi interessante observar que a figura materna que estava presente na sala de espera, balançava a cabeça em concordância com a fala da entrevistada, e em alguns momentos ela entrava no meio da entrevista e falava de sua experiência. Logo após realizar a conversa com a primeira entrevistada, perguntei se poderia fazer a entrevista com a mãe que observava o diálogo. Ela concordou, porém solicitou que seria rápido, pois tinha compromisso e reivindicou que não fosse gravada. O que dificultou um pouco a coleta de algumas de suas falas durante a entrevista.

O contato realizado com o último familiar, aconteceu de maneira mais simples, em algumas conversas com uma amiga, havia me dito que tinha um irmão que há pouco tempo havia sido preso. Entrei em contato com ela através de redes sociais via *internet* e telefone para saber da possibilidade de uma possível prosa. A mesma prontificou-se e me solicitou um tempo para que pudesse perguntar se alguns dos familiares também pudessem participar. Ao retornar o contato disse-me que seu pai havia aceitado ser entrevistado. Nesse aspecto, o pai havia feito um convite para que eu fosse com eles na fila do dia de visita a seu filho no presídio, para que visse como funcionava o sistema e conversasse com outros familiares para conhecer melhor a realidade das famílias dos encarcerados. Porém, não tive oportunidade por questões da própria demanda da pesquisa. Marcamos a conversa na Faculdade de Educação da UFMG²⁶, através da proposta feita por minha amiga, irmã do encarcerado, porém no dia marcado por motivos pessoais, o pai não poderia comparecer e preferiu remarcar para outro momento. Marcamos novamente para o dia 01/12/2013, às 14:00 horas, era um sábado, na residência dos familiares, porque o pai trabalhava muito e não tinha muito tempo disponível.

Quando cheguei à residência, os familiares estavam na preparação da comida do encarcerado, porque no dia seguinte iria acontecer a visita. Preparavam com tanto carinho e com tanta união que passou a impressão de que o jovem era uma pessoa muito especial para a família. Principalmente para o pai, que fazia questão de fritar os torresmos, e dizia que seu filho gostava muito desse tipo de alimentação.

26 Faculdade de Educação da UFMG: <http://www.fae.ufmg.br/>

A comida que levavam era tudo que o jovem gostava de comer. No entanto, a mãe se queixava “que chegando lá, os agentes penitenciários não iriam respeitar e mexeriam em toda a comida”. Dizia também que seu filho quase não comia na cadeia, por ser uma comida de péssima qualidade e por muitas vezes era entregue crua para os encarcerados comerem, uns passavam até mal com a alimentação fornecida.

Essas intercorrências demonstraram a dificuldade de se realizar estudos com populações marginalizadas, devido a preconceitos e vulnerabilidade social enfrentados por esses grupos como nos alerta Marques (1993)²⁷.

III. 2. Quanto aos sujeitos pesquisados

Para manter a privacidade dos entrevistados, tomei como princípio mudar os nomes dos sujeitos por nomes de pessoas negras que de alguma maneira (movimentos sociais, escritores, políticos etc.), contribuíram positivamente para a construção da história do povo negro no Brasil e no mundo são eles e elas Luísa Mahin, Nelson Mandela, Carolina Maria de Jesus, Abdias Nascimento e Angela Davis²⁸. Uma maneira de lembrar e homenagear os povos negros que fizeram história e passaram por inúmeras dificuldades. Assim como esses familiares que enfrentavam todos os dias a dificuldade de serem negros e ter que passar por todos os preconceitos e abandono por ter um parente encarcerado no Sistema Prisional.

Os entrevistados foram constituídos por moradores da região metropolitana de Belo Horizonte. São duas mães, um pai e irmã, e um irmão. No que tange os encarcerados, trata-se de jovens pretos e pardos declarados pelos familiares, com idade entre 23 e 26 anos do sexo masculino. Com escolaridade entre Ensino Fundamental incompleto e Ensino Médio completo, nenhum dos quatro apresentava uma profissão antes do encarceramento.

Abdias Nascimento: Irmão, declarou-se pardo durante a pergunta quanto ao pertencimento étnicorracial. Porém confundiu-se em alguns momentos da entrevista

27 Marques, Walter Ernesto Ude. *Produção Social de Crianças e Adolescentes Marginalizados*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 1993 (Dissertação de Mestrado).

28 http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADsa_Mahin, http://pt.wikipedia.org/wiki/Carolina_de_Jesus, http://pt.wikipedia.org/wiki/Abdias_do_Nascimento, http://pt.wikipedia.org/wiki/Nelson_Mandela http://pt.wikipedia.org/wiki/Angela_Davis.

com relação a sua identidade e não tinha clareza quanto a ser branco ou pardo. Diz que as pessoas o consideravam branco, mas acha que é pardo e gostaria de ser negro, porque é agitado como uma pessoa negra. Afirma que seu irmão é negro (26 anos), sua família mistura-se entre a mãe negra e o pai branco. Concluiu o Ensino Médio, porém seu irmão passou por dificuldades na escola e não conseguiu concluir os estudos, conforme sua fala:

Eu concluí, meu irmão não concluiu, pode ter sido o trabalho né? Porque começou cedo também, e se envolveu cedo com as drogas. Isso aí, a pessoa se envolve com as drogas e fica desanimado até de trabalhar e a escola ele deixou pro lado mesmo, não concluiu não, acho que ele parou na 7ª série. Eu acho que ele parou por motivos de drogas mesmo, minha mãe estudou até a 4ª série e meu pai não tem escolaridade nenhuma. (Abdias Nascimento)

Hoje Abdias Nascimento tem uma profissão, é montador óptico, casado e tem dois filhos. Disse que seu lazer é ir à academia malhar.

No início da entrevista ficou meio constrangido, com poucas palavras e meio tímido de responder certas perguntas. Muitas das vezes parecia não compreender bem as perguntas, assim eu explicava sempre que havia alguma dúvida. Ficou emocionado em alguns momentos, principalmente quando feita a última pergunta, (*a família muda depois de ter um parente em situação de privação de liberdade? Se sim, de que maneira? E a sociedade muda o tratamento com a família?*). Nesse momento Abdias dizia da situação atual de sua família, suas angústias. Percebia uma tristeza profunda em sua fala, em seu olhar. Esse foi o momento em que ele ficou mais triste durante a entrevista. Momento que considerou importante, porque pôde aliviar um pouco da dificuldade em que estava passando.

A entrevista ocorreu de maneira tranquila, houve momentos em que o Abdias aparentava estar constrangido e muito triste por entrar em detalhes da situação de sua família com relação ao ocorrido. Constrangimento em passar pela revista vexatória no dia de visita na prisão, o envolvimento do irmão com as drogas, falecimento do pai e a depressão com todo esse processo.

Angela Davis: Mãe, declarou-se negra, e afirmou que todos de sua família são negros inclusive seu filho encarcerado de 23 anos. Concluiu o Ensino Médio, disse que

seu filho teve muita dificuldade para concluir os estudos. Teve que reiniciar os estudos para se inserir no mercado de trabalho formal, segundo ela, “pra ele concluir o Ensino Médio foi um pouco difícil, porque ele estudou e parou e estudou de novo. Pra ele concluir, eu voltei para a escola, pra estudar junto com ele. Ai ele concluiu, porque ele ia comigo, voltava comigo, aí eu prestava atenção. Se não fosse assim ele não teria conseguido” (Angela Davis)

Hoje Angela Davis é servidora publica trabalha como agente comunitária de saúde, no entanto, e quanto ao lazer, diz foi anulado depois que seu filho foi preso, conforme comentários:

Antes eu tinha, agora que ele foi preso eu não tenho mais não, antes eu ia ao clube, todo fim de semana eu estava no clube com os meninos, podia estar chovendo. Passeando às vezes eu ia pra sítio de amigos meus, agora depois que ele foi preso o lazer acabou. Meu lazer é lá na fila do presídio, no sábado ou no domingo. E é tão cansativo, tão cansativo, cansa sua mente, você fica nervosa, apreensiva. No começo da semana você já começa a pensar na fila que você vai enfrentar, nas humilhações que você vai passar você reza para ter uma agente boa para não pegar no seu pé e mexer sua comida com carinho.
(Angela Davis)

No início da interlocução percebi que aquele momento mais parecia um desabafo para Angela. Então resolvi deixar à vontade para que pudesse sentir-se escutada, acreditando que haviam poucos momentos na vida dos familiares para relatarem o que estão passando diante de um parente privado de liberdade.

Foi uma das entrevistas mais longas, Angela Davis parecia estar realizando uma denúncia relativa ao sistema carcerário quanto ao descaso e ao abandono do estado. Nesse ponto, mostrou-se politizada e demonstrava bastante segurança ao criticar e fazer as suas queixas. Percebi que estava revoltada com a situação, frente ao tratamento ríspido e desrespeitoso dos agentes penitenciários com os familiares. Outra questão latente durante a conversa foi à humilhação em que os familiares passam no momento da visita aos encarcerados. A fila debaixo do sol, o desrespeito com a comida que é levada e a humilhação com a revista vexatória realizada no dia de visita.

Carolina Maria de Jesus: Mãe, declarou-se morena, revelou que seu filho era pardo (25 anos), estudou até a 5ª série (não teve problemas na escola, foi um bom aluno), e que ela trabalha como diarista, conforme seu relato: “não tenho o que

reclamar. Ele tinha um grupo de dança de rua na escola, chamava Perímetro Urbano. Não tinha problema, ficava em casa vendo televisão. Ninguém acreditou quando ficou sabendo que ele estava preso”. (Carolina)

Segundo a mãe, seu lazer é ir ao clube com os outros filhos e ficar em casa, descansando nos dias vagos, quando não estava trabalhando ou indo visitar seu filho.

Tinha uma aparência de cansaço, olhos avermelhados e olheiras, ficava sempre de cabeça baixa, parecia ter vergonha de algo, sempre mencionava que fez de tudo por ele, como se sentisse culpada pelo aprisionamento do filho. Também se incomodava muito com a revista vexatória no dia da visita no presídio e com a maneira como os agentes penitenciários tratavam os familiares. Tivemos um breve diálogo, pois a mesma estava com pressa, já que tinha que ir para o trabalho, porém destacou alguns pontos essenciais para se realizar uma boa análise na pesquisa.

Nelson Mandela e Luísa Mahin: Pai e irmã, ambos declaravam-se negros e diziam que seu parente também era negro (22 anos), e seus familiares também eram todos negros, menos a mãe, que assinalavam ser parda. O pai não concluiu os estudos, já a entrevistada fez o curso de jornalismo na UFMG, assim como suas outras duas irmãs. Somente seu irmão não conseguiu fazer faculdade e estudou até o 2º ano do Ensino Médio. Luísa Mahin disse que estava desempregada desde quando se formou, há cinco anos. Nelson Mandela trabalha como pintor e draguista. Quanto ao lazer, Nelson disse que se resumia em trabalhar, representando a maior parte do tempo em sua vida. Já Luísa Mahin disse que jogar Capoeira e ir pra rua constituíam seus lazeres.

Ambos estavam bem dispostos a dar entrevista, Luísa Mahin mais à vontade, Nelson Mandela mais tímido, porém sempre disposto a responder todas as perguntas. Naquele momento, dividia-se a conversa entre a entrevista e a preparação dos torresmos. Mas sempre cuidadoso para responder todas as perguntas e participar do diálogo. Luiza demorava mais nas respostas, fazia toda uma análise das questões, elencava a situação da família, a relação, o contexto histórico, da atual situação do jovem, e o racismo presente neste problema. Nesse aspecto, apresentou uma discussão contextualizada e problematizou inúmeras questões essenciais para a análise desse estudo.

III. 3. Inserção da pesquisadora no campo de estudo

A inserção no campo foi uma experiência de resistência, já há algum tempo havia decidido sobre a área de pesquisa, porém sem saber como seria a inserção. Como havia mencionado acima, tinha a intenção em realizar um grupo focal com os jovens em situação de privação da liberdade, em um Centro Socioeducativo, porém deparei-me com burocracias que acabaram me impedindo de realizar a pesquisa nesse contexto. Foram inúmeras as tentativas de ingressar nesse local, todas sem nenhum sucesso. Diante disso, já estava quase desistindo de realizar a pesquisa e pensei nos familiares sendo que numa conversa com meu Orientador, decidimos então mudar o campo, por meio da abordagem com familiares de pessoas em privação de liberdade, os quais não deixavam de estar inseridos nesse lugar de violência e vulnerabilidade. Procurei buscar junto a esses sujeitos como veem a realidade de encarceramento de seu parente jovem.

Não houve grandes dificuldades de encontrar familiares para a entrevista. Todavia, dois desistiram, e resolvi também não insistir, por compreender que é um momento delicado e constrangedor para as famílias ao expor essa sua situação enfrentada no mundo prisional. O período da busca pelos sujeitos durou um mês até o início das entrevistas.

Participar das reuniões no Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade também foi de grande ajuda para compreender melhor sobre a relação entre a família e o sistema carcerário. A possibilidade de observar os familiares compartilhando e trocando experiências, bem como se ajudando, foi muito enriquecedora. Nesse momento de troca percebi que eles se fortaleciam e conseguiam encarar as burocracias e o tratamento dos funcionários dos presídios de maneira diferenciada. Notei que o cumpria este papel, ou seja, de politizar os familiares. Em conversa com uma das advogadas do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, disse-me que aquele espaço servia de orientação para os familiares para que pudessem conhecer onde devem ir, quais documentos levar, os cuidados para não caírem em conversa de advogados charlatões, quem procurar para que possam reivindicar os direitos de seus parentes. Além disso, afirmaram que o espaço não era um lugar no qual familiar teria tudo pronto, mas que propiciava orientá-los para uma busca de autonomia para resolver seus problemas.

Nesse ponto, evidenciou que eles necessitam compreender qual o papel do Sistema Prisional, e que seus parentes são vítimas também deste Sistema. A intenção política do grupo, era defender que o sistema prisional não representava solução para o fim da violência. Pelo contrário, propagava mais violência. A verdadeira intenção do grupo, era expressa em acabar com os sistemas penitenciários, e construir uma sociedade mais justa e igual para todos.

III. 4. Quanto às entrevistas semiestruturadas

Para a realização dessa pesquisa de campo foram elaborados diálogos com quatro familiares de jovens negros em situação de privação da liberdade. Nesse aspecto, a entrevista na pesquisa social foi concebida segundo Minayo (2007):

Tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (p.64).

A interlocução realizada com os familiares caracterizou-se pela proposta de entrevista semiestruturada que Minayo (2007) classifica como perguntas que podem ser abertas ou fechadas, em que o entrevistado pode dialogar com o tema sem necessariamente prender-se na pergunta formulada.

Foram utilizados um gravador e um caderno de anotação, com auxílio de um questionário elaborado contendo oito questões acerca das temáticas latentes problematizadas no trabalho. Os encontros tiveram entre uma hora até três horas de duração.

As perguntas elaboradas tratavam de questões pertinentes pensadas acerca do levantamento de dados a respeito da situação de violência e vulnerabilidade dos jovens negros. Diante dos estudos realizados nos capítulos anteriores verificou-se que o jovem negro estava em pé de desigualdade quando comparado ao jovem branco. As questões foram pensadas na tentativa de analisar se esses jovens negros encarcerados tiveram as mesmas oportunidades que os jovens brancos. Quais foram os acessos, os caminhos que

eles tiveram, e como a família lidava com essa realidade. Além disso, indagou-se como as famílias pensavam a respeito do atual cenário de violência dos jovens negros no país.

As perguntas construídas foram as seguintes:

Como você descreveria o processo de escolarização de sua família? Você acha que ser branco é diferente de ser negro no Brasil? Acredita que acesso a espaços públicos de lazer, cultura, esporte, educação e saúde de qualidade, traçaria um caminho diferente na realidade de seu parente ou não? Qual a importância do papel da família nesse momento? O que acredita que muda na situação do preso quando a família está por perto? Seu parente estuda, ou pratica alguma atividade educativa, cultural, esportiva no local em que está? Você acha que a cor da pele influencia na desigualdade social e nos altos índices de vítimas de violência no país? Por que você acha que seu parente se envolveu no crime? Acredita que a cor da pele tenha alguma influência na situação em que se encontra? A família muda depois de ter um parente em situação de privação de liberdade? Se sim de que maneira? E a sociedade muda o tratamento com a família?

No entrando, surgiram algumas dúvidas com relação a algumas perguntas. Frente a isso, reelaborei as questões de maneira que pudessem ser compreendidas pelos entrevistados. A maioria das questões foram respondidas, algumas respostas mais esperadas, outras não. As vivências desta realidade se dava de maneira diferente, sendo que as respostas por mais semelhantes que fossem, apresentavam contextos de vida diferentes. Sendo assim, foram retratadas considerando suas individualidades.

Após a organização das conversas, foi elaborado um “quadro de análise”, a fim de elencar pensamentos em comum entre os entrevistados. De acordo com algumas palavras chave, ou escolhidas a partir do que destacou ser mais explícito entre os diálogos com os entrevistados. Esse processo Szymanski (2004), nomeia de categorização, o qual se refere à *imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão* (p.75). Nesta perspectiva, as palavras problematizadas na pesquisa foram: *Baixa escolaridade e racismo/ Juventude, drogas, consumismo e violência/ acesso à educação, lazer e cultura*. Perante essa composição os indicadores foram analisados a partir destas três categorizações.

No entanto, enfrentei alguns percalços durante o início da inserção em campo, como mencionado acima, dois entrevistados se dispuseram a dar entrevista, porém não apareceram no local indicado. No caso do meu vizinho, ele nem atendia quando eu ia

até sua casa. No início tive algumas dificuldades em encontrar familiares, pois assim como apareceu no relato de todos os entrevistados, não costumavam falar da situação de seu familiar para as pessoas por medo de preconceito ou de serem prejudicados. As primeiras pessoas que dispuseram dar entrevistas foram pessoas mais próximas, como minha amiga e meu primo, e as pessoas do Grupo. De certa maneira, representou um momento para compartilhar angústias em comum.

De todo modo, talvez pelo fato de serem pessoas mais próximas e devido a minha procura por um grupo específico para realizar a pesquisa de campo, avalio que as entrevistas tenham ocorrido de maneira tranquila. Todos os entrevistados participaram com muita disposição. Todavia, devido às circunstâncias e à própria individualidade responderam todas as perguntas, alguns de maneira breve, outros de maneira longa. Outros participantes mostraram-se constrangidos quando diziam acerca do fato de seu parente ser negro, enquanto outros se sentiam intimidados quando falavam de sua família. Nesse ponto, foi comum observar que para a família o encarceramento do parente desencadeou conflitos entre os familiares e problemas sociais no trato com a questão.

As vantagens de realizar entrevistas com pessoas mais próximas possibilitou gerar segurança para conversar sobre assuntos que não falaria com qualquer pessoa, como relatou Abdias Nascimento em uma fala: *Que nem eu estou me expondo aqui pra você pra mim é bacana. Que agente pode confiar, que não é aquela pessoa que vai tá falando ali no meio da rua, explicando a minha situação.* (Abdias)

De alguma maneira, havia um sentimento de cumplicidade, como se estivessem desabafando para uma pessoa que, mesmo não sendo tão íntima, como no caso das duas entrevistadas no Grupo de Amigos, elas percebiam que naquele local, não teriam problema em dizer sobre suas situações. Talvez porque naquele local também não havia pessoas próximas ou conhecidas que pudessem trazer algum constrangimento ao expor a condição familiar.

A necessidade de conversar mais com os entrevistados, de nos encontrar em outros momentos, de saber como anda a situação do parente encarcerado, afetou a pesquisadora e os pesquisados. Por isso, a necessidade que senti após a realização da

entrevista, em poder dar continuidade às visitas ao Grupo me mobilizou para esse envolvimento com as pessoas. Sempre que vejo Abdias e Luísa, converso a respeito da situação dos familiares presos, para deixar explícito meu interesse e disposição para apoiá-los quando necessitarem.

Gostaria de ter tempo para entrevistar outras pessoas, porém, o cronograma da pesquisa mostrou-se escasso para conhecer a realidade dos familiares e dos jovens. De toda maneira, pretendo dar sequência em outros estudos que realizarei após a finalização deste.

III. 5. Quanto à minha experiência como pesquisadora

Confesso que a experiência como pesquisadora neste trabalho foi um momento marcante e decisivo para traçar um caminho para aprofundar mais em outras pesquisas. Senti com esta experiência que ainda tenho muito que ouvir dessas pessoas, são muitos gritos ocultos nos silêncios desses familiares, muitos gritos que precisam ser escancarados. Necessitam de serem expostos, não para constranger estes familiares, mas para que esses enunciados sirvam de instrumento para a mudança desta situação. Nesse aspecto, ficou evidente que enfrentam muita humilhação, muito descaso e abandono. Diante dos relatos dos familiares, percebi como a condição de ser negro muda a vida de um sujeito comum de periferia, pois é tratado como suspeito, réu confesso e criminoso declarado. O fato de ter um familiar preso também gera esse processo de criminalização dos familiares.

Foi um momento de grande aprendizado, compartilhar dilemas de famílias que nem conhecia, em termos de poder escutar as suas angústias como se fosse um desabafo. A maioria chorou ao dar entrevista. Era um assunto muito delicado e percebi o quão dizer da família torna-se um assunto tão sofrido e íntimo para os entrevistados.

Como Educadora Social, percebi a necessidade de estarmos mais presentes nestes espaços, as quais são ocupados raramente por pedagogos. No Grupo de Amigos, por exemplo, havia advogados, assistentes sociais e psicólogos. Eu era a única pedagoga que estava nos encontros. Nesse aspecto, ficou evidenciado como a presença de Educadores Sociais é relevante nesses espaços. Quanto aos jovens encarcerados, nenhum frequentava a escola na cadeia, sendo que a maioria não tem formação do

Ensino Fundamental e Médio completo. A falta de escolarização dos familiares e o desconhecimento de leis são os principais motivos pelos quais eles sofrem humilhações quando vão tratar da situação do parente encarcerado. Quando não falamos dos advogados que lucram dando golpes em familiares que não tem instrução para tratar dos assuntos burocráticos acabam extorquindo os familiares, que muitas das vezes se endividam para conseguir dinheiro para advogados, segundo relatos de alguns familiares que estavam nas reuniões do Grupo de Amigos.

Pude perceber a necessidade do papel do Educador Social neste espaço, de intervir e ou mediar esta relação, assim como a participação de outros profissionais auxiliarem estes familiares, como, por exemplo, lutar pela garantia de escolas e bibliotecas dentro dos presídios. A atribuição do Educador social neste espaço é tão pouco problematizada que não se sabe de fato de que maneira pode-se inserir neste espaço. Torna-se tão subjetivo seu lugar neste local que talvez tenhamos que repensar o papel do Educador Social no sistema prisional.

Sinto a necessidade de intervir e auxiliar, entretanto não sei de que maneira poderia fazer, não consigo perceber concretamente quais as ferramentas um Educador Social teria para lidar com jovens encarcerados e seus familiares. De todo modo, o lugar da escuta presente e disponível revelou um indicador importante na vida desses sujeitos, Costa (1995) ²⁹.

Escutar as falas dos entrevistados, as histórias foi de grande aprendizado, foi angustiante, estar neste local de pesquisador que, diante de todas as informações coletadas, permanece estagnado com relação às mudanças necessárias para a transformação dessa realidade. Diria ser um sentimento de impotência perante a um cenário social injusto. Entretanto, esperançosa em saber que a partir do trabalho realizado, essas indagações, angústias possam ser compartilhadas por outros, pois o que não é visto não se pode ser reivindicado, o que é visto é real, então podemos problematizar e tentar chegar a alguma solução. Frente a isso, no próximo capítulo apresentarei os resultados finais desenvolvidos a partir da pesquisa em campo.

29 COSTA, Antônio Carlos Gomes. Pedagogia da Presença. 1995.

Capítulo IV

Juventude negra, racismo e violência: a criminalização e o extermínio dos injustiçados e segregados pela sociedade

Ao realizar as entrevistas com familiares de jovens negros em situação de privação da liberdade, torna-se necessário uma análise minuciosa das falas dos entrevistados, quanto à realidade enfrentada por esses jovens encarcerados. De acordo com Szymanski (2004, p.71) trata-se do *processo que conduz a compreensão do fenômeno pelo pesquisador*. Ainda segundo a autora, “a análise de dados implica a compreensão da maneira como o fenômeno se insere no contexto do qual faz parte”.

Esta análise dá-se através da categorização que para Szymanski (2004):

A categorização concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão. Podemos chamar este momento de explicitação de significados. Diferentes pesquisadores podem construir diferentes categorias a partir do mesmo conjunto de dados, pois essa construção depende da experiência pessoal, das teorias do seu conhecimento e das suas crenças e valores (p.75).

Nesse aspecto, foi esquematizado um quadro de análise partindo das respostas dos entrevistados. O quadro foi organizado a partir de entrevistas e algumas falas em que assemelhavam entre os sujeitos. Desta forma, elenquei categorias de análise considerados essenciais para se refletir e problematizar as discussões levantadas acerca da proposta do trabalho. Essa busca se caracterizou em compreender a realidade dos jovens encarcerados no sistema prisional sob a ótica de seus familiares.

No trabalho de análise realizado, as categorias elencadas e problematizadas neste capítulo foram: *Juventude, drogas, consumismo e violência/ Baixa escolaridade e racismo/ Acesso à educação, lazer e cultura*.

IV. 1. Baixa escolaridade e racismo

Durante as entrevistas realizadas, a dificuldade de conclusão do ensino básico foi apresentada como um processo em comum entre os jovens encarcerados. Dos quatro aprisionados, apenas um concluiu o Ensino Médio e a maioria não chegou a concluir o Ensino fundamental. Os motivos da não conclusão dos estudos estão relacionados ao abandono da escola para ingressar no mercado de trabalho, o envolvimento com drogas, o encarceramento, a dificuldade em ter um bom convívio dentro do ambiente escolar, a

relação hostil com os professores. As dificuldades em consolidar os estudos, perpassa pela realidade dos quatro jovens encarcerados no envolvimento com drogas, o qual apareceu nas falas da maioria dos familiares, como é o caso do filho de Nelson Mandela, o irmão de Abdias Nascimento, o encarceramento do filho de Carolina de Jesus. Nota-se que as dificuldades no processo escolar dos encarcerados foram muitas, apesar dos investimentos e incentivo dos familiares.

Essas barreiras também foram verificadas por Brenda Prado e Lucia Helena Leite (2012) as quais, discutem no texto “Olhares de adolescentes em conflito com a lei para a escola: significados da experiência escolar em contexto de privação de liberdade”, quanto ao abandono dos jovens encarcerados. Segundo as autoras, os adolescentes em cumprimento de medida judicial, deixam transparecer nas entrevistas as desigualdades escolares e a relação hostil entre as camadas populares e a cultura escolar:

(...) uma cultura distante do mundo dos adolescentes e que acaba distanciando-se ainda mais a partir da inserção na criminalidade. Há uma dificuldade de condição entre escolarização e vida no crime, contribuindo para o abandono precoce da sala de aula. Isso não significa afirmar que apenas a vida no crime faz com que os jovens deixem a escola, mas evidenciar que a soma de várias situações leva ao abandono; e o envolvimento com a criminalidade vem a ser um fator relevante para a decisão desses sujeitos (p.46).

No estudo que realizei, pude observar na maioria das falas dos entrevistados um esforço dos pais para que os filhos estudem, para ter um futuro diferente dos seus e, ao mesmo tempo, um incentivo para que o filho consiga um emprego para ajudar no sustento da família:

(...) eu falo pros meus filhos, leiam bastante, porque quando você ler você fica instruído, fica sabendo das coisas. É muito bom ler, ler é fundamental, até mesmo pra você ter uma leitura decente. Porque como eu mesmo falo, a gente que é de cor tem que ser três vezes mais do que o branco. (Angela Davis)

Mesmo com todos os percalços no histórico escolar dos familiares, na família de Nelson, Luísa e duas de suas irmãs graduaram na UFMG e outra fez curso técnico. Embora tenham obtido uma formação, ambas tiveram dificuldades de conseguir um bom emprego Luísa depois de cinco anos de formada em jornalismo continuava desempregada e dizia que os motivos são pelo fato de ser negra. Estava frustrada, pois

pensava que teria outra realidade, considerando que ao estudar que resolveria todos os seus problemas financeiros. Os relatos de Luísa revelaram preconceitos sofridos na escola quando criança, diante do fato de ser negra:

Quando a gente morava em Ribeirão das Neves, morava num barracão de lona e passava muita dificuldade, de às vezes faltar comida mesmo sabe? Muito sub, então o tratamento que as pessoas destinam pra gente na escola, a maneira que os próprios colegas, professoras de tratar igual lixo mesmo, tratar igual bicho, igual cachorro.

Na escola ser tratado com ruindade por parte das professoras, os primeiros dias que eu fui para a pré-escola, aí eu fui pegar brinquedo na hora de brincar, a menina falava assim, não por que preto não pode brincar e as professoras não deixavam também, não falavam, mas não deixavam a gente participar, era uma apresentação musical, uma apresentação de dança não deixava participar, humilhava, quando era uma quadrilha assim arrumava par para todas as meninas e mandava a gente, arrumar um par para dançar. E os meninos também eles achavam a gente feia, porque a gente não tinha o cabelo liso, tinha a questão da pobreza também, as roupas não era as melhores roupas ou um bom calçado. Então associava a questão da pobreza e da cor a uma coisa muito negativa.

Aí você vê que não é só a questão da qualidade do ensino, e maneira como elas tratam a gente de não oferecer muito porque eles não acham que a gente mereça que a gente não precisa de muito, pois já nasceu pobre, preto, ferrado que fiquem aí, aqui já tá bom demais.

(Luísa Mahin)

Nesse ponto, nos alerta Miguel Arroyo (1992) sobre a *cultura do estigma e da exclusão das camadas populares e seus efeitos sobre o rendimento escolar*, quando faz uma discussão em seu texto *Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica*, afirma que:

As pesquisas que poderiam trazer maior novidade seriam aquelas que aprofundassem a compreensão das formas sutis em que essa cultura do estigma se materializa na instituição escolar e impregnam todas suas práticas. Por exemplo, as crianças das camadas populares são colocadas em condições de instrução menos exigentes, em classes especiais; os conteúdos são reduzidos ao mínimo; o currículo é adaptado às suas "condições" etc. A proposta, hoje tão frequente, vai nessa direção: facilitar a passagem de série, eliminar a reprovação por decreto, mas mantendo a cultura escolar seletiva, hierarquizadora, seriada e gradeada (p.49).

A autora Maria Heleza de Souza Patto (1993, p.94), discuti em sua obra *Fracasso escolar*, conceitos arraigados nos pensadores desde a década de 70, quando explicavam os motivos do fracasso escolar, estando atrelada à cultura brasileira, de pensar nesse fator devido à incapacidade dos pobres e negros adequar-se devido à sua

indigência intelectual e cultural que culminava na dificuldade do desenvolvimento econômico do país.

Além disso, prescrevia-se nas teorias racistas sobre o fracasso e ou evasão escolar e atrelamento a inúmeras impossibilidades de acesso à educação e a qualidade do ensino, bem como a relação hostil entre professor e aluno. Nesse sentido, a autora irá defender que o problema do fracasso escolar está vinculado às incapacidades da escola, e não aos dilemas socioeconômico e cultural dos alunos.

O racismo foi tratado entre as falas dos entrevistados com divergência de opiniões, já que tornou-se uma moléstia ao falar sobre o assunto, pois o racismo parecia incomodar bastante a maioria dos entrevistados. No entanto, o discurso da meritocracia apareceu em algumas falas. Nessa lógica segregacionista, a realidade dos sujeitos nada tem a ver com a cor de sua pele, se todos lutassem teriam as mesmas condições. Essa ideologia naturalizante da desigualdade social propaga que o racismo existe, mas as pessoas não conseguem as coisas porque não se esforçam, conforme o relato de Abdias: *Eu acho que depende muito da família da pessoa, da batalha da família, tem pessoas que é negra e rica entendeu? O branco também é a mesma coisa.*(Abdias)

Todavia, embora a questão da meritocracia tenha sido defendida, a maioria das falas dos entrevistados colocaram o racismo em discussão e davam exemplos que revelaram a diferença de tratamento na sociedade, já que o negro é estigmatizado e criminalizado. Como podemos observar em algumas falas:

(...) Se o branco está com alguma droga à polícia releva, mas se o negro está é preso, até colocam droga na mão dele para que ele seja preso. Esse aí é preto coloca nele! Meu filho estava no lugar errado e está preso até hoje. Muitos que são brancos cometem muitos crimes e não ficam na cadeia. Meu filho me disse: Mãe cadeia é só pra mim!
(Carolina de Jesus)

(...) Eu acho que no Brasil tem diferença sim, tem muitas pessoas que tem muito preconceito. Mas olha, no meu dia a dia eu vejo muito preconceito, no trabalho, às vezes preconceito com as pessoas negras. Dia-a-dia não sei se a pessoa acostuma com a situação ou fica frustrada no fundo no fundo fica frustrada com aquela situação. Mais no meu ponto de vista, pra mim, é o que eu falo, eu não tenho preconceito, tanto que a minha esposa é negra. (Abdias Nascimento)

Eu acho que, no mundo inteiro tem preconceito, isso aí tem. Pessoas que olha: Ha não ela negra! Já ouvi pessoas falando: Eu não gosto de negro não! Ele nem fala negro sabe? Eu não gosto de preto não!
Eu acho muito ridículo a pessoa falar isso, não troco nem ideia com ela, se eu ver eu tomo nojo é ali na hora. Eu não gosto desse tipo de

coisa. Mais realmente tem, tem sim. Eu sou branco, chamam a gente de branco né? Mais que nem eu, eu sou pobre, quando a gente sai, vamos supor, se tiver bem aparentado bacaninha eles acham que a gente tem dinheiro e não é. Aí que tá o preconceito, se fosse negro tratava de tal forma entendeu, falava: Aquele ali deve ter um empreguinto bom mais não deve ter dinheiro! (Abdias Nascimento)

(...) Porque o negro para ele ser aceito, para as pessoas serem obrigadas a engolir ele, porque não tem jeito de despachar ele, você tem que ter o dinheiro, pois você tendo o dinheiro aí você é aceito. Mas aí elas não estão aceitando você, eles estão aceitando o seu dinheiro. Porque aí não tem como eles te barrarem em lugar nenhum; isso aí é questão de dinheiro, por que sobre a cor todo lugar que você chegar, aí já tem aquelas pessoas que olham para você com olhar desconfiado. (Nelson Mandela)

Pra gente é como se fosse dada uma corrida, você tivesse que correr e para os brancos fosse dado não sei quantos km de vantagem correndo com as duas pernas e você tem que sei lá, tem ficar amarrado, fazer a mesma corrida com a perna amarrada e com dez km de desvantagem com relação ao branco.

E a identidade, porque a gente cresce e o tempo todo e não é só no dizer, como a televisão e a mídia estão a todo tempo afirmando que a beleza é branca, ser bonito é branco, ser bem sucedido é branco e outra coisa, ser uma pessoa legal é ser branco, a gente é bandido, a gente é feio, a gente é burro, a gente tá destinado ao fracasso, de ser empregada domestica, ser faxineira, ser atendente de lanchonete.

(...) Então é obvio que existe a diferença entre ser branco e ser negro no Brasil, porque sofrimento todo ser humano tem, seja pobre, seja rico, seja negro, seja o que for todo ser humano tem dificuldade, têm problemas familiares, problemas financeiros, a gente sabe que tem pobres brancos, sonham em entrar na universidade, batalham e não conseguem entrar, na minha experiência é subjetivo, na experiência das minhas irmãs que eu sei que o fato da gente ser negro é um peso do caralho, como você explica isso para o mundo? Eu já trabalhei muito tempo na Savassi, já passei mais pela Savassi do que pelo centro e pelo bairro aqui, eu nunca vi a polícia dando geral num cara branco, agora eu morro de vergonha quando eu estou andando no centro e eles estão dando geral num cara que parece meu irmão, tipo pode ser que o cara esteja com droga, que ele esteja armado, que ele esteja indo assaltar, a gente sabe que isso existe e isso é realidade, só que às vezes o cara tá indo para o colégio, indo para o trabalho, tá indo para o jogo de futebol, e aí o simples fato dele ser negro e lhes caracterizar com elementos que são atribuídos ao negro, que a gente reconhece como elemento da cultura negra né? Ele é suspeito e não porque a polícia o viu tendo tal tipo de comportamento, mais uma vez isso é subjetivo, porque a polícia não vai revistar todos os rapazes negros, de boné aba reta e de bermuda e chinelo e tal, não é o fato dele ser negro, o fato dele nascer negro já torna suspeito, agora veja que desgraça, essa geral acontece uma vez a cada dia. (Luísa Mahin)

Com certeza, você vai pisar na rua e é um branco ninguém segura bolsa, normal. Se for um preto todo mundo coloca a bolsa na frente. (Angela Davis)

Tá pior, um pouquinho né agora? Antes os senhores de escravos estavam lá no pedestal e o negro podia transitar pelo cafezal. Agora nem no cafezal mais você pode transitar, porque você encontra com o senhor de escravo lá branquinho lá no cafezal e é humilhado ainda até no seu território. Essa que é a realidade da vida. (Angela Davis)

Algumas falas remetem às reflexões que Wacquant (1999) levanta em sua obra *As prisões da miséria*, na qual faz alusão à repressão:

O recorte da hierarquia de classes e da estratificação etnoracial e a *discriminação baseada na cor*; endêmica nas burocracias policial e judiciária. Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor "se beneficiam" de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldade de acesso à ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui "tornar invisível" o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado (p.6).

O racismo presente na maioria das falas dos entrevistados foi tratado de maneira bastante indignada, quando relataram situações cotidianas. Esses aspectos foram mais contundentes nos relatos sobre a vida de seu parente encarcerado, tanto na cadeia, na escola, na vizinhança, andando nas ruas, na batida policial, o racismo estava presente na realidade dessas pessoas. Esses depoimentos vão de encontro ao pensamento de Wacquant (1999):

Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apoia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre *feras e doutores*, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar *marginais*, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (p.5).

O racismo foi revelado nas distintas relações com a polícia, com o Estado e a sociedade em geral. Foi tratado com naturalidade entre os entrevistados, porém com um tom, na maioria das vezes, de indignação. Por outro lado, foi compreendido como se não houvesse solução, como se fosse natural do ser humano. Na presença de algumas

falas, a solução era ficar quieto, se esconder, tornar-se invisível, para que não se percebesse que não sofriam do racismo. Nesse aspecto, Nelson Mandela, dizia não sentir-se mal por causa do racismo, Luísa sua filha o provoca dizendo que era fácil não se incomodar vivendo toda a vida no meio de um mato, escondido pelo trabalho. Ela e seus irmãos queriam conhecer pessoas, fazer amizades, namorar, e a rejeição por ser negra lhe incomodava bastante.

Esse processo ocorria com ambivalências, pois a altivez do pai com a identidade racial ao passar o orgulho em ser negro para a família foi algo bastante comentado nas falas de ambos. Desde criança Nelson fazia questão de valorizar a cor da pele, o cabelo, e elevar a autoestima dos filhos. Luísa, diz ser positiva a postura do pai, mas infelizmente apesar de os filhos eram bem quistos dentro de casa, porém, deparava-se com todos os problemas de ser negro nas outras relações sociais. Daí vem o racismo na escola, a dificuldade do seu filho estudar, o desemprego de Luísa, as frustrações no emprego de suas filhas, e a necessidade de seu filho buscar outros mecanismos de ser bem quisto na sociedade, como questiona Luísa.

Havia também um medo de falar do racismo, como problematiza Luísa, como se causasse constrangimento, como se discutir racismo representasse colocar-se em lugar de inferioridade, de vítima, de pobre coitado. A entrevistada preocupava-se com o fato de os negros desejarem ser bem quistos entre os brancos e, para isso, se autodepreciam para serem aceitos, ao negar os conflitos.

IV. 2. Juventude, drogas, consumismo e violência

A visão de juventude relatada por alguns entrevistados ocorreu de formas diversas, Luísa e Nelson visualizavam os jovens desta geração como alheios aos acontecimentos externos, ou seja, estavam pouco ou nada interessados em trabalho, estudos e construir uma visão crítica de sociedade. A geração *nem nem* como dizia Luísa, “... nem estuda e nem trabalha”. Não respeita os professores, não valoriza os direitos conquistados hoje que não existiam antes:

(...) Eles vão para a escola como se eles tivessem fazendo um favor, para o professor, para escola, para o governo, eles vão lá eles não prestam atenção, não respeitam fala, não respeitam o espaço de ninguém, não respeitam o próprio espaço, parece que eles têm um desejo e a intenção de agredir mesmo. Eu acho assim lógico que a escola tem que ser oferecida para eles, a proposta de ensino realmente

não é o melhor para se dar, só que é o que tem, está sendo oferecida, eles não tem coisa de aproveitar de fazer uso daquilo. (Luiza)

Esta reflexão acerca dos jovens que vai em contraponto as concepções de Juarez Dayrell (2008) que nos alerta para uma visão da família a despeito dos jovens como uma imagem em que trabalho e escola são modelos socialmente construídos, e o cuidado nesse sentido é para que os jovens não sejam analisados negativamente quando comparado a esse modelo de ser jovem. Assim estamos negando o direito do jovem de se construir a partir de suas próprias experiências, principalmente em se tratando dos jovens negros de periferias que se formam de acordo com seu cotidiano que por, muitas das vezes, não está adequado ao modelo ideal de ser jovem.

Em contraposição ao pensamento de Luísa, Angela Davis compreendia a juventude sob outra ótica, levando em consideração que o desinteresse dos jovens estava atrelado ao descaso do Estado. Segundo Angela, os jovens dos dias atuais estavam inseridos em um sistema de consumismo mais latente, a mídia propagava com mais intensidade para que os jovens consumissem. Os jovens pobres não conseguiam adquirir os produtos de marca que a mídia vendia, não encontravam emprego por habitarem as periferias. Existiam programas de governo para empregar adolescentes que não atendiam nem a terça parte dos jovens. Porém, no tráfico de drogas seriam “bem recebidos” e atingiriam as exigências do consumismo, conforme a fala abaixo:

Hoje você vai a uma periferia um adolescente não consegue trabalho, é muito difícil. Tem um monte de aprendiz de não sei o que, mas pra você conseguir é uma burocracia danada. Tem ASPROM, tem AMAS, só que para uma mãe conseguir colocar o filho lá ela tem que ser uma miserável, ela não pode trabalhar. Se ela trabalhar ela já tem uma renda, então o menino já foi eliminado, não passa. Eles fazem muita propaganda disso, mas a realidade é outra. A televisão ilude muito o jovem e o adolescente, é tênis caro, é moto, é carro é tudo bonito na televisão e o mundo da periferia é outro é tudo feio no mundo da periferia. Aí o menino quer o mundo da televisão, aí ele vai procurar um emprego. Vai à AMAS o salário é uma miséria e não dá pra ele comprar o tênis que ele quer né? Porque eu não acho que é mal nenhum você querer uma coisa, muito pelo contrário, é bom você querer uma coisa boa. E o menino vai encontrar o dinheiro aonde? No tráfico, é o trafico que vai dar a ele o tênis que ele quer a mãe nunca vai poder porque ela tem muitos filhos pequenos. E ainda não recebe um salário decente, aí o menino vai para o tráfico. (Angela Davis)

Alguns estudos apresentados nos capítulos anteriores vão de encontro às falas de Angela, como Juarez Dayrell (2008), Machado Pais (1999) e Marília Pontes Spósito (2003), os quais discutem a situação de vulnerabilidade em que os jovens e, sobretudo

os jovens negros estão submetidos no cenário nacional. A precariedade no acesso à educação, que perpassa pela evasão escolar é fator preponderante para uma falta de qualificação profissional o que culminará em desemprego. Em vista disto o diagnóstico realizado com crianças, adolescentes e jovens da região de Belo Horizonte (2013), nos revela também, um panorama da realidade desses jovens, sobretudo jovens negros que são os privados dos direitos de cultura, educação e lazer e estão envolvidos no tráfico de drogas, tornando-se as maiores vítimas de homicídio. E ausência de inclusão econômica torna-se um fator preponderante para que esses jovens busquem estratégias ilegais de remuneração. Nesse aspecto, Wacquant (1999), em *As prisões da miséria*, comenta:

A difusão das armas de fogo e o desenvolvimento fulminante de uma economia estruturada da droga ligada ao tráfico internacional, que mistura o crime organizado e a polícia, acabaram por propagar o crime e o medo do crime por toda a parte no espaço público. Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no "capitalismo de pilhagem" da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. O crescimento espetacular da repressão policial nesses últimos anos permaneceu sem efeito, pois a repressão não tem influência alguma sobre os motores dessa criminalidade que visa criar uma economia pela predação ali onde à economia oficial não existe ou não existe mais (p.5).

A questão do consumismo, das drogas e da violência são discussões marcantes nas falas dos entrevistados. A associação da condição do parente estar privado de liberdade, a qual se inicia pelas amizades, as drogas que estão diretamente ligadas ao consumir, obter produtos de marca, dinheiro em grande quantidade e rápido, culminaram no encarceramento dessa juventude vulnerabilizada. O irmão de Abdias saiu da escola cedo, envolveu-se com drogas e foi preso. O filho de Nelson saiu da escola, envolvia com drogas, e foi encarcerado. O filho de Angela formou no Ensino Médio, começou a se envolver com drogas e apreendido pela polícia. O filho de Carolina durante os estudos envolveu-se com drogas e flagrado por policiais. A fala de Carolina ilustra essa relação: “por causa do dinheiro, roupa de marca, ele queria andar bonito.”

Nas falas de Luísa e Nelson, o fator consumismo estava diretamente ligado a essa nova geração. Não que não tenha existido nas outras gerações, mas nos dias atuais

denominavam de *ostentação*, já que era uma espécie de passaporte para a juventude negra de periferia apresentara a carta de “cidadania”, de aceitação. Como se fosse aceito quando tivesse dinheiro, carro, roupas, tênis e bonés de marca. Essa necessidade segundo relatos de Luísa era transmitida de forma intergeracional por meio da educação do pai, que construiu na família uma realidade diferente da que tinha:

(...) todos os meninos que eu vejo, compram um carro usado, dão uma ajeitadinha no carro, você vê ele lustrando o carro com o maior cuidado, o cara rala pra caramba pra pagar a prestação do carro e tal. Aí o meu irmão não, o primeiro carro é um Linea, banco de couro, ar condicionado, teto solar, cambio automático não sei o que. Aí tipo, a dificuldade de entender que é pobre. Com essa coisa do meu pai eu custei a ter noção de verdade da minha pobreza, hoje eu tenho a noção do tanto que a gente é pobre mesmo. Eu tinha a ilusão que era só uma questão de querer, eu achava assim, móveis das Casas Bahia que horror, agora olha, na minha casa não tem nem das Casas Bahia nem outro. (Luísa)

Nessa pesquisa, a juventude não se dissociou de drogas e consumismo, segundo relatos dos sujeitos, que perpassavam pelo fato da geração atual estar envolvida com mais intensidade na relação com as drogas ilícitas e com o consumismo. Uma geração do espetáculo como reforça Luísa e Nelson.

Não, eu pra mim não. Eu pra mim isso já é a questão da geração mesmo, os jovens hoje eles estão querendo é se mostrar. (Nelson)
Isso mesmo o exibicionismo a própria escolha da sociedade, você se expõe de mais, o excesso da exposição que está acontecendo muito na geração agora. Você levar muito o seu privado, está sendo muito relacionado ao Reality Show, a gente discute isso muito na comunicação, essa necessidade do ser humano se publicar, se tornar público, parece que você só existe no sentido antológico mesmo, você só existe se você é visto, e lógico que como que você é visto e importante né? Pra você ser visto, você tem que ter poder, ter dinheiro. (Luísa)

Um aspecto interessante em sua fala, quando comparou sua trajetória e de suas irmãs com a situação atual de seu irmão. Estava diretamente ligada à questão de gênero, quando dizia que não entraram para o mundo do crime também, porque há um resguardo da mulher.

(...) a mulher é muito resguardada da rua, a gente aprende a ter uma humildade, uma falta de ambição que geralmente ela é muito imposta aos homens. Se a gente for pensar, a gente foi educada pra ser boazinha, trabalhadora, arruma um marido e tá bom. Agora o homem

não, ele tem que ter uma casa, um carro, tem que ser o provedor.
(Luísa)

A relação do consumismo para a afirmação da identidade foi uma colocação marcante na presença da fala principalmente de Luísa, que dizia com a aproximação como irmão, via que tinha autoestima baixa e problemas de relacionamento, e o irmão mesmo dizia que só tinha amigos porque tem carro. Para que fosse aceito e reconhecido, necessitava de bens materiais.

Uma reflexão bastante interessante de Luísa foi quando disse que a lógica consumista não somente era característica de jovens negros, mas também dos adultos e jovens brancos de classe média. No entanto, o pai do jovem branco podia bancar seus caprichos, o pai do jovem negro não podia. Desta forma, o jovem pobre e negro vai buscar de outra maneira, buscar no crime.

E agora quem é pobre, ou afirma na religião, porque você nasce na religião mesmo, aprende a ser humilde, e arruma um trabalho e se contenta com um fusquinha, um Chevette, um Fiat 47 e depois um Uninho, e vai nessa onda mesmo, que é da igreja mesmo que você aprende a ser um cidadão ordeiro, sai com a mulher pra ir à igreja no final de semana. Ou você é trabalhador e vai nessa linha ou é muito claro isso pra mim, os meninos que estão na bandidagem e os meninos que ficam em casa né? Compra um carrinho mais ou menos, faz um barraquinho em cima da casa da mãe. Ou você é isso ou você é aquilo não tem muita escolha não. A necessidade de afirmação do valor social através do poder do consumo no trabalho dele pobre não proporcionou isso pra ele então vou conseguir isso através do crime rápido. Além disso, tem a coisa da masculinidade, do ethos masculino mesmo, que a mulher lida bem, ela aprendeu a não ter poder e o homem não, ele precisa ter poder. Então se eu não tenho poder pelo carro de macho, se eu não tenho o carrão, se eu não tenho muita grana, se não vou a determinados lugares, se você não tem o sobrenome tal, aí a violência o crime, você por medo disso da status sabe, você ser temido. Isso dar poder, eu vi isso muito acontecendo com o meu irmão, você é respeitado pelos caras do colégio, você não é mais o cara pretinho magrelinho da sala, não vou mexer com esse cara não.

(Luísa)

Resta refletir a partir deste lugar demarcado pelos jovens negros de periferia como ressaltaram os entrevistados, o caminho encontrado de acesso a uma possível aceitação da sociedade encontrava-se no tráfico de drogas. Este caminho, considerado uma prática ilegal, tanto que todos os familiares dos jovens estavam encarcerados por se

envolverem com drogas, foi o percurso encontrado por estes, bem como muitos outros que estão nas grandes periferias, como ressaltava Angela.

No que tange às indagações a respeito de violência, as palavras de Luísa foram na direção de toda análise teórica apresentada no Capítulo II, sobre o significado da violência e sua relação com os dados estatísticos apresentados através do Mapa da Violência de 2012. Sua fala não ultrapassou nem negligenciou a realidade proposta a partir dos dados apresentados no Mapa, do processo histórico no qual fiz referência no mesmo capítulo, no processo de Higienismo e Eugenisimo no país e as consequências do Mito da Democracia Racial. Nota-se que a prática social do racismo se revela nos estudos estatísticos e nas discussões teóricas. Um fenômeno histórico que desumaniza e humilha um contingente enorme de brasileiros e brasileiras:

(...) se você pegar o processo da história do negro na construção da sociedade brasileira é um processo de violência contra o negro. Desde os nossos ancestrais ser trazidos acorrentados nos porões dos navios, e ter o trabalho, ser explorado, o tratamento de violência, mesmo depois vindo à abolição da escravatura, o tratamento que o negro recebe na sociedade, da perseguição da polícia, o tratamento que é destinado à mulher negra, é um tratamento de violência, a sociedade é violenta contra o negro. A situação da criminalidade o tratamento da polícia, o tratamento que o Estado oferece para o negro, então, a desigualdade social ela esta diretamente associada à questão racial. Não é coincidência que a maioria da população pobre é negra, porque foi esse lugar que eles permitiram a gente de estar né? Que é o lugar da pobreza, depois da super exploração, no processo de escravidão, abandona os negros à própria sorte eles tem que se virar, sem terra, sem trabalho, sem educação eles tem que se virar para sobreviver, nessa terra e aí a perseguição da polícia. Bastava você ser preto e está na rua pra você ser criminoso, eles não te dão moradia, não te dão educação, não te dão trabalho e tem uma lei que prende a pessoa por vadiagem. E aí tem a falta de uma moradia que garantem as condições mínimas de um ser humano viver, isso é violência, estão te privando de um direito de se viver como um ser humano isso é uma violência, morrer de fome é uma violência tremenda né? Morrer por falta de atendimento médico, isso é uma violência tremenda. E mesmo quando você é tratado nos hospitais, nos postos de saúde né? É violência também né? E aí tem esse abandono das comunidades pobres, das periferias, das favelas, porque assim, não eles vivem desse jeito porque eles escolheram. Você tem uma sociedade que eles estimulam os valores de consumo, você tem que consumir o tempo todo. Não dão condições de trabalho e educação para todo mundo. E especificamente os negros que são pobres que moram nas favelas são coincidentemente esses que não conseguem um bom trabalho. Os trabalhos que são destinados a eles são trabalhos que a renda é muito baixa, e essas pessoas querem consumir também, aí entra o tráfico, lógico que tem outras lógicas. Outras coisas que implicam que estão envolvidas com

o tráfico, mais o tráfico gera homicídio, o roubo gera homicídio, por várias razões e tem a falta de educação e cultura também, porque a violência é do ser humano, não é só preto e pobre que mata, não é só preto e pobre que rouba. A formação cultural da pessoa ela pesa na hora de prestar esta agressividade essa violência. Como que eu vou roubar, como que eu vou atingir o meu desafeto a cultura e a educação pesa nessa hora, então a falta de educação a má educação que é dada né? A população pobre que é majoritariamente negra ela é uma forma de se alimentar a violência né? E tem também o abandono né? A maneira que o Estado e a sociedade decidir lidar com as drogas que é essa guerra burra e infeliz, já que a sociedade não aceita as drogas, não aceita o direito do ser humano de fazer o que quiser com a própria vida, se drogar, quer proibir isso, mas assim se quisesse realmente acabar com o tráfico, não ia prender esses meninos pretos de canela fina que são os varejistas né? Ia prender os grandes empresários, os grandes políticos, não são esses meninos que eles prender, esses meninos que ficam atirando uns contra os outros nas favelas e vielas da vida aí, não são eles que colocam as drogas pra circular no país e no mundo, a gente sabe disso, e a gente sabe pouco, agora quem está no poder sabe muito mais. Só que existe uma escolha da polícia continuar prendendo esses meninos, de continuar matando esses meninos. Justificando que é no combate ao tráfico, e existe uma coisa que é tão grave quanto, eles não estão atirando, mas eles não intervêm de uma maneira eficiente nessa violência que é promovida por esses próprios meninos do tráfico. Essa guerra entre eles se quisesse intervir, realmente até a maneira da prisão, se quiser intervir nessa realidade a violência acabaria. Eles que se matem é bom que acaba, a ideia não é essa? De ir diluindo o sangue preto até a sociedade ficar branca como é o desejado, virar a Europa, então deixa esses pretos se matarem que não é problema nosso. Essa é uma escolha da sociedade e é a escolha do Estado. Então sim, a violência, o lugar de vítima dessa violência e o problema da desigualdade social está relacionado à questão racial. A nossa sociedade desde o princípio como os pretos eram uteis eles deixavam os pretos trabalharem até morrer, quando mudou o sistema eles viram que não era mais interessante eles tinham cobrança eles tinham pressão, acabou a escravidão eles queriam, se pudesse pegar os pretos tudo e jogar no Oceano deixar morrer lá pra sociedade ficar branca e feliz eles teriam feito, essa é a escolha da história do nosso país é matar os pretos, e estão fazendo está escolha até hoje, estão matando os pretos no tráfico, estão matando os pretos dentro das cadeias, estão matando os pretos no roubo, estão deixando eles se matarem né? Através da alienação da falta de cultura e de educação isso é uma escolha não é uma coisa subjetiva é uma escolha cara, só que existe uma forma de maquiagem essa escolha. (Luísa)

IV. 3. Acesso à educação, lazer e cultura

No que tange às discussões acerca do acesso à educação, lazer e cultura de qualidade foi comum entre as falas à importância desses direitos na mudança da realidade, não somente dos seus parentes encarcerados como para a juventude em geral.

A educação foi uma das principais argumentações de mudança de postura relatadas nas falas dos entrevistados. Por essa razão, a educação permitiria que o sujeito adquirisse uma postura crítica, segundo os relatos. A educação estaria diretamente ligada à cultura, quando um sujeito adquire hábitos de ler livros, conhecer sobre filosofia, sociologia, obter acesso a informações que ultrapassem as informações transmitidas pelas mídias de massa, este teria oportunidade de compreender o mundo de maneira crítica, segundo Luísa. Ou quando Angela pronunciou que se houvesse uma educação de qualidade as pessoas teriam uma postura diferente quanto às eleições, iriam votar de maneira consciente.

Uma questão interessante colocada por Carolina é a questão do emprego, se seu filho tivesse um bom emprego criaria seu filho com tranquilidade. Porque o “dinheiro do tráfico de drogas era fácil”, porém, dura pouco tempo e destrói famílias.

IV. 4. Genocídio e encarceramento da juventude negra: o que a educação tem a ver com isso?

Os altos índices de violência apontados pelas pesquisas, revelam um verdadeiro genocídio da Juventude negra, segundo dados retirados do Mapa da Violência do ano de 2012, apresentados no Capítulo II. As condições de vulnerabilidade em que são submetidos os povos negros no país também estão apresentadas no primeiro Capítulo. O encarceramento e a desumanização nos presídios foram relatados nas falas dos entrevistados, como nas falas de Angela: “hoje você vai na cadeia, você vê preto e branco também, mas a maioria são os negros. Se fizer alguma coisa de errado lá, se tiver um branco e um preto, com certeza o preto será o mais castigado.” (Angela)

Nesse item, Wacquant (1999) também denuncia a situação deplorável dos presídios:

O estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica - dissuasão, neutralização ou reinserção. O sistema penitenciário brasileiro acumula com efeito as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna do Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público; entupimento estorrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação (nos distritos policiais, os detentos, frequentemente

inocentes, são empilhados, meses e até anos a fio em completa ilegalidade, até oito em celas concebidas para uma única pessoa, como na Casa de Detenção de São Paulo, onde são reconhecidos pelo aspecto raquítico e tez amarelada, o que lhes vale o apelido de "amarelos"); negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde, cujo resultado é a aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV entre as classes populares; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superlotação super acentuada, da ausência de separação entre as diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de educação ou de formação) e das carências da supervisão (p.7).

Dos quatro entrevistados apenas Carolina disse que havia escola, no sistema prisional onde está seu, porém, não estudava nem trabalhava no local. Os outros entrevistados afirmaram que não havia escola nos presídios nos quais seus parentes estavam encarcerados. Nesse aspecto, Angela e Luísa, levavam livros para seus parentes ler, devido à falta de bibliotecas.

Enfim, indago: O que a educação teria a ver com tudo isso? Quais as consequências da ausência da educação na vida dos jovens negros no país? Questionamento que venho fazendo desde quando iniciei esta pesquisa.

A violência sofrida por jovens, sobretudo jovens negros, foi um fator presente na vida do jovem mesmo estando ou não inserido no contexto escolar. Mas a questão é de que forma a educação lida com esta violência? Ela negligencia? Reforça?

A evasão escolar dos jovens encarcerados seria a escola reforçou na situação atual em que estão submetidos? Como visto nos levantamentos teóricos a educação cumpre com seu papel de segregação dos jovens negros, o racismo na escola contribui para a evasão e o fracasso escolar, de acordo com relatos de alguns entrevistados e alguns referenciais teóricos.

Uma possível saída seria uma mudança de postura das escolas, problematizar suas ações, suas contribuições para a propagação do racismo, e da violência contra esses jovens. A escola necessita ser também um espaço de formação e reflexão conforme afirma Suelaine Carneiro, em nota publicada na Revista Presença Pedagógica (2014)³⁰. *Também deve se comprometer com o desenvolvimento de ações que visem contribuir*

30 Revista Presença Pedagógica, V. 20. N.115. Jan/Fev de 2014.

com a segurança dos jovens. Professores devem discutir sobre o fato de que crianças e jovens negros estão vulneráveis a violência. Ainda reforça:

As conversas com os alunos devem estar articuladas com reflexões sobre situações de discriminação e vulnerabilidade presentes entre os estudantes, sobre as motivações para a evasão escolar e mostrar como questões como cor, renda, entre outros, impactam o ambiente escolar. Estudantes e professores devem refletir sobre essas questões e, juntos, desenvolver trabalhos pedagógicos que busquem possibilidades de rupturas e de superação (p.11).

A lei 10.639 de 2003³¹, que altera a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. É uma ação preponderante na educação para a valorização e contribuição histórica, política e cultural da população negra no país. Além do resgate da identidade, tem a possibilidade de promover ações dentro do cenário educacional com vistas a promover mecanismos de combate ao racismo, ao genocídio e vitimização das populações negras.

31 Lei 10.639/03: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.html

Capítulo V

Considerações finais

O esforço de apresentar dados quantitativos que revelaram o desfavorecimento da população negra em detrimento da população branca, neste estudo, foi importante para compreensão da condição de inferioridade que os negros ainda estavam submetidos.

Em seguida, foi realizado um levantamento de alguns apontamentos históricos que puderam retratar o processo de desumanização e negação dos povos negros no país. A condição de violência em que está submetido os povos negros, revelou um verdadeiro genocídio da juventude negra.

Analisado o mapa da violência 2012, por exemplo, revelou a extrema vulnerabilidade que o jovem negro enfrenta no país. Os dados revelam uma escala ascendente de violência contra esses sujeitos. Existe uma verdadeira guerra contra os jovens pobres e negros, mas velada aos olhos da sociedade, por meio de um discurso criminalizante e de ações repressivas e punitivas. Os estudos apontam que este ocultamento é histórico, o configurou-se desde os porões dos navios negreiros em que muitos dos negros africanos escravizados morreram antes de chegar ao país.

Os processos metodológicos foram construídos a partir de vários desafios enfrentados na busca de jovens negros encarcerados. Para isso, foi necessário conversar com os familiares de jovens que estavam submetidos a essa condição de violência.

A partir das análises dos dados, os levantamentos teóricos e a experiência em campo, ficou evidente a urgência de políticas mais eficazes que assegurem necessidades mínimas de vida às populações negras no país. Sobretudo políticas que assegurem o direito à vida dos jovens negros.

Na conversa com os familiares observei muitas lacunas nas políticas proposta pelo Estado. As conversas revelaram um abandono do Estado e da sociedade, o qual se traduziu na desumanização dos encarcerados e a humilhação dos familiares de jovens encarcerados.

O encarceramento foi assinalado como uma morte civil perante a sociedade para suas famílias. Não existem muitos grupos de apoio a esses sujeitos, na maioria das vezes esse público se vincula a organizações não governamentais, como o Grupo de Amigos pesquisado. Nas discussões do Grupo foi possível captar várias demandas desses

indivíduos. As pessoas demonstraram-se muito abaladas, envergonhadas e cansadas. Além disso, relataram sobre a humilhação que sofrem diante de juízes e agentes penitenciários, bem como da sociedade. A condição de pobreza e vulnerabilidade das famílias tornaram-se mais acentuadas frente a criminalização dos seus filhos.

Foi perceptível nas falas, também, a necessidade de políticas de identidade racial para esses sujeitos, uma vez que, muitos assumiram sua condição de ser negro. Em contrapartida, alguns disseram que nada tem a ver a cor da pele com sua condição de vulnerabilidade e violência. Nesse ponto, caíram no discurso da meritocracia, já que tudo depende do esforço individual. Essa problemática, revelou a força do Mito da Democracia Racial. Na verdade o Mito da Democracia Racial contribuiu para maquiagem o genocídio, a violência e desigualdade social enfrentado pela população negra.

A importância do papel do Educador Social nesse lugar mostrou-se essencial para o resgate da identidade racial, como também da valorização da cultura e história das populações negras constituídas no país. O combate ao genocídio da população negra configurou-se como um tema que necessita ser encarado com urgência.

Referências

- ARROYO, Milguel. *Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica*. 1992. P. 49.
- CARNEIRO, Suelaine. “Educação para as relações étnico-raciais”. Entrevista na Revista *Presença Pedagógica*, v. 20. n115. Jan/ Fev2014. P. 7-13.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. *Pedagogia da Presença*. 1995.
- CRUZ, Amadeu Roselli. Diagnóstico da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Belo Horizonte. Execução: Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre Ltda. (2013). pág.100.
- DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. Belo horizonte. 2003. P. 2-42.
- DAYRELL, Juarez e GOMES, Nilma L. *A Juventude do Brasil*. P.1
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Almeida. *Democracia Racial*. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2006. pág. 17-18.
- JUNIOR, Sales. *Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça*. Belo Horizonte, 2009, p. 59
- LINO, Nilma. *Diversidade Étnico-racial, Inclusão e Equidade na Educação brasileira: desafios, políticas e práticas*, (2011). P. 2.
- MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Produção Social de Crianças e Adolescentes Marginalizados*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 1993. P. 9 - 64.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A violência Social sob perspectiva da saúde pública*.1994. P. 7- 8.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2008. P. 51-77
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das nações de raça, racismo, identidade e etnia*. 2003. P. 1-15
- PAIS, Machado. A contrução sociológica da juventude. *Análise Social*, vol. XXV, 1990. P.149.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz Macelo. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil*. Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. 2009-2010. P. 1-291.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 1993. P. 33-94

PRADO, Lucia Helena; Leite, Brenda. *Olhares de adolescentes em conflito com a lei para a escola: significados da experiência escolar em contexto de privação de liberdade*. 2012. Pág. 46.

SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX*. UPF, Universidade de Passo Fundo – UFP Editora. Capítulo 2, (2005), pág. 74-100

SODRE, Muniz. *Sobre a identidade Brasileira*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010. P. 327.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte. UFMG. 2012.

SOUZA, ROCHA, Emerson, Jessé. “A ralé brasileira: Quem é e como vivem”. *Cor e dor moral: sobre o racismo na ralé*. 2009. P. 282.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A Eugenia no Brasil: Ciência e pensamento social no movimento Eugenista brasileiro do entre-guerras*. 2008. P. 2.

SPÓSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. Professora titular da Faculdade de Educação da USP. Universidade de São Paulo. São Paulo, Ação Educativa, 2003.

SZYMANSKI, Heloísa. A entrevista na pesquisa em educação social. 2004. P. 71-75.
WACQUAN, Loic. As prisões da Miséria, 1999. P. 4-7.

WASELFISZ, Jacobo. “Mapa da Violência de 2012”, *Os novos padrões da Violência Homicida no Brasil*. 2009-2010. P.14-38.

Links:

Segurança Publica: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>
IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada - internet: <http://www.ipea.gov.br>
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- internet: <http://www.ibge.gov.br>
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social- internet: <https://www.seds.mg.gov.br>
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– Site IPEA - Homicídios reduzem expectativa de vida dos negros: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20248&catid=8&Itemid=6

(Dados apresentados no lançamento do Boletim de Análise Político-Institucional – Bapi).

ONASP – Observatório Nacional do Sistema Prisional. Na Faculdade de Educação – FaE/UFMG.

Blog: Grupo de amigos e familiares de pessoas em privação da liberdade.

<http://antiprisional.blogspot.com.br/>. Situada na rua Timbiras, 1532, 6º andar, centro-BH. (Este grupo é uma Associação sem fins lucrativos, que visa organizar amigos e familiares de encarcerados com o objetivo de garantir a defesa dos direitos humanos e das garantias fundamentais para a população carcerária).

Sede das Brigadas Populares em Belo Horizonte/ Minas Gerais:

<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/>

Faculdade de Educação da UFMG: <http://www.fae.ufmg.br/>

Lei 10.639/03: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

ANEXO:

Entrevistas